

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM - SR-30**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017**

**INCRA – SR 30**

Superintendência Regional de Santarém

---

## Lista de siglas e abreviações

ACP – Ação Civil Pública  
APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCDRU – Concessão de Contrato de Direito Real de Uso  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDR – Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
EMATER/PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará  
FIT – Faculdades Integradas do Tapajós  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GRU – Guia de Recolhimento da União  
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
PIC – Projeto Integrado de Colonização  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual

---

LP - Licença Prévia  
LTDA – Limitada  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAA – Microssistema de Abastecimento de Água  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MP - Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
OCI – Órgão de Controle Interno PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC – Projeto de Assentamento Coletivo  
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAEQ – Projeto de Assentamento Especial Quilombola  
PB – Projeto Básico  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PGE - Plano Geral de Estatísticas  
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PC – Plano de Compromisso  
PPA - Plano Plurianual  
PPCADI – Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Legal  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PU - Planos de Utilização  
RB – Relação de Beneficiários  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

---

SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISPROT – Sistema de protocolo  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União  
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
SR-30 – Superintendência Regional de Santarém-PA  
SR-30A – Divisão de Administração  
SR-30D–Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento  
SR-30F – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
SR-30T – Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCT – Termo de Cooperação Técnica  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UA - Unidade Avançada  
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

---

## **Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras**

- GRÁFICO 1 - Índice de cadastramento de imóveis rurais
- GRÁFICO 2 - Índice de análise de processos de certificação de imóveis
- GRÁFICO 3 - Índice de provimento de assistência técnica
- GRÁFICO 4 - Índice de parcelas supervisionadas
- GRÁFICO 5 - Índice de abrangência de capacitação
- GRÁFICO 6 - Índice de horas de capacitação
- GRÁFICO 7 - Principais receitas
- GRÁFICO 8 – Principais Despesas
- GRÁFICO 9 – Tomadas de Contas Especiais

---

## Sumário

<b>1- Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....</b>	<b>8</b>
2.1- Identificação da unidade.....	8
<b>3- Planejamento organizacional e resultados.....</b>	<b>9</b>
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	9
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos.....	10
3.3- Desempenho operacional.....	11
<b>4- Governança, gestão de riscos e controles internos.....</b>	<b>33</b>
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna.....	33
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	33
<b>5- Áreas especiais da gestão.....</b>	<b>35</b>
5.1- Gestão de pessoas.....	35
<b>6- Relacionamento com a sociedade.....</b>	<b>37</b>
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	37
<b>7- Desempenho financeiro e Informações contábeis.....</b>	<b>39</b>
7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	39
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	41
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber.....	42
<b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....</b>	<b>44</b>
8.1- Tratamento de deliberações do TCU.....	44
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	44
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	46
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	47
<b>9- Anexos e apêndices.....</b>	<b>48</b>
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	48
9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	49
9.3- Memória de cálculo dos indicadores.....	50
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares.....	50

# 1- Apresentação

O presente instrumento, possui amparo legal na Decisão Normativa nº 161, de 01/11/2017; na Portaria - TCU nº 65, de 28 fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações, informações suplementares, bem como operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, e-Contas e, na IN TCU nº 63/2010, seguidas das orientações do INCRA, no que se referi ao anexo II, norteador deste trabalho.

Estruturado em Temas, dentre eles: a visão geral da unidade gestora, o planejamento organizacional e seus resultados, a governança, gestão de riscos e controles internos e, por fim o resultado do atendimento ao público externo; os quais relatam o desempenho das atividades dos principais programas e ações na jurisdição da superintendência regional de Santarém-Pará.

Dentre as ações executadas destacam-se as atividades de quilombolas; a conclusão parcial dos relatórios de revisão dos projetos de assentamento interditados pela justiça federal; os créditos instalação-modalidade “apoio mulher”; o gerenciamento de imóveis rurais; a emissão de CCU, etc.

De igual importância, porém, com dificuldades relevantes de execução, destacam-se ainda, a situação das atividades de infraestrutura básica, acompanhado da prestação de contas do repasse de recursos, o programa nacional de habitação rural, a revisão do cadastro e homologação de famílias e; as vistorias de supervisão ocupacional.

Os itens relacionados as áreas de fronteiras na amazônia e de regiões nordeste, sudeste e sul, não contemplam a jurisdição desta unidade. Bem como os itens com a descrição “Não se Aplica na Unidade”

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça		
Órgão de vinculação: texto	Código SIORG: 2837	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: vide relação no texto descritivo	CNPJ: 00.375.972/0042-39	
Principal atividade: vide tabela CNAE/IBGE	Código CNAE: 84.11-6-00	
Código SIORG: 22125	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 373037
Contatos		
Telefones/fax:(093) 3523 – 5381 / 1296/2875		
Endereço postal: Avenida Presidente Vargas, s/n Bairro de Fátima CEP:68.040-060 – Santarém/ Pará		
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gabinetesr30@sta.incra.gov.br">gabinetesr30@sta.incra.gov.br</a>		
Página na internet: <a href="http://www.incra.gov.br">www.incra.gov.br</a>		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373034	Unidade Avançada de Monte Alegre	
373036	Unidade Avançada de Itaituba	

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Superintendente Regional	Rogério Borges Zardo	310.261.681-04	01/01/2017 a 05/09/2017
	Mário Sérgio da Silva Costa	784.227.792-34	05/09/2017 a 31/12/2017
Substitutos			
Substituto	Elita Beltrão de Freitas	639.254.782-72	01/01/2017 a 24/03/2017
Substituto	Arquimedes de Cerqueira Junior	433.793.545-20	24/03/2017 a 28/09/2017
Substituto	Márcio Piero Elly	881.011.341-15	28/09/2017 a 31/12/2017

## 3- Planejamento organizacional e resultados

### 3.1- Planejamento e resultados alcançados

Para cada um dos objetivos estratégicos elaborar:

#### 3.1.1- Nome do objetivo estratégico 1

##### i. Descrição

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
210Z/04			
• Publicação Relatório Técnico de Identificação e Delimitação	RTID	6	6
• Publicação Portaria d Reconhecimento	ha	1.945,53	1.945,53
2105/01			
• Gerenciamento de imóveis rurais	Imóvel gerenciado	1.200	2.602
• Expansão da rede nacional de cadastro rural	UMC	1	1
211A/04 - Titulação	CCU	1000	1.122

##### ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

##### iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
210Z/04 – embora com a remoção de vários servidores do serviço quilombolas, a UG alcançou a meta estabelecida, em razão de várias etapas de campo realizadas anteriormente.	Não há como mensurar em razão da indefinição orçamentária dos próximos exercícios.	Não há como mensurar em razão da indefinição orçamentária.
2105/01 quanto a expansão da rede nacional de cadastro rural, a meta foi cumprida com a implantação de 01 UMC	Como as parcerias estão sendo priorizadas com as prefeituras dispostas a implantar UMC, acredita-se na ampliação dessas unidades	Não há como mensurar em razão da indefinição orçamentária
211A/04 – a titularidade CCU é previsto em norma, e deve ser emitido após a implantação dos projetos de assentamentos; em tese, é a partir daí que são liberados os créditos oriundos do Incra. Salvo pela assinatura de um termo de compromisso com	Conforme orientação da direção da autarquia, a emissão de titularidade é prioridade no conjunto de metas a serem alcançadas nos próximos exercícios.	Não há como mensurar em razão da indefinição orçamentária

cláusulas específicas, assinado pelas famílias beneficiárias até a expedição do CCU. Atualmente, a UG procura adequar a demanda reprovada de CCU em cumprimento à legislação vigente. Desta maneira de uma meta estabelecida de 1000 CCU, foram emitidos 1200 e no exercício já entregues 500

Nota: Os demais resultados estratégicos, encontram-se distribuídos nas análises dos macroprocessos.

### 3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	10	Prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-
Total de valores repassados	1.577.169,60	Não prestadas	Dentro do prazo	4
			Fora do prazo	6

#### *i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos*

A UG iniciou o exercício com 10 convênios vigentes, isto é, dentro do prazo, em razão de prorrogação de ofício. Até o final do exercício, 06 vencidos e, 04 prorrogados, todos oriundos de 2013. A prorrogação se deu em virtude de fatores, como: ausência de repasse de recursos financeiros do concedente (INCRA), fatores climáticos da região, etc.

Quanto à fiscalização, houve vistorias no exercício anterior e neste, pelos servidores desta UG, designados como fiscal técnico dos convênios com a inserção dos relatórios no SICONV.

Em 2017, houve repasse de recursos para alguns convenientes, na ordem de 1.577.169,60.

No tocante ao envio da prestação de contas, é notório a dificuldade que as prefeituras enfrentam para inserir os dados no SICONV, seja, pelo precário acesso à internet na região e/ou pela ausência de pessoas habilitadas para manusear o sistema.

No exercício, não houve realização de novos convênios.

### 3.3- Desempenho operacional

#### 3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

*i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso*

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105/01	GERENC FISCALIZAÇÃO (SNCR)	Imóvel gerenciado	1.200	2.602	0,00	4.000,00	2.713	2.713	2.713	0,00
2105/01	GERENC FISCALIZAÇÃO	Novas UMC Implantadas	1	1						
2105/01	GERENC FISCALIZAÇÃO	Servidores capacitados	2	2						
2105/02	GEREN FISCALZ CADASTRO RURAL	ha	10.000,0000	12.000,0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U/0A	GEO MALHA FUNDIÁRIA	Imóvel Certificado	398	320	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z/04	REC, DEL, DES, TITULA QUILOMBOLA	RTID	6	6	0,00	42.827	36.881	36.881	36.881	0,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105/01	GEREN FISC (SNCR)	Imóvel gerenciado	-	-	3.650,68	0,00	0,00	3.650,68
2105/02	GEREN FISCALIZ CADASTRO RURAL	Área ha	-	-	4.808,29	0,00	2.240,04	2.568,25
210U/0A	GEO MALHA FUNDIÁRIA	Imóvel Certificado	-	-	3.279,98	0,00	0,00	3.279,98
210U/09	REGUL FUND I RUR	Imóvel Regularizado	-	-	434,18	0,00	434,18	0,00

## 1. Análise:

O quadro acima permite visualizar os resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso referentes à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. As ações contemplam atividades desenvolvidas pelos serviços de Cadastro Rural, de Cartografia e pelo Serviço Quilombola. De forma sintética, será feita a análise do desempenho das atividades vinculados a cada um dos serviços:

### SERVIÇO DE CADASTRO RURAL

Ao Serviço de Cadastro Rural, conforme o plano de metas e créditos orçamentários de 2017, coube à Ação/PO 2105/01, “gerenciamento de imóveis rurais”, com meta prevista no início do exercício de 1.200 imóveis gerenciados. Ao final do exercício foram gerenciados 2.602 imóveis; meta significativamente superada.

Ainda referente a Ação 2105/01, à meta de expansão da rede nacional de cadastro rural, a UG previu a implantação de 01 (uma) UMC para o exercício 2017, meta essa alcançada com a implantação de uma UMC no município de Novo Progresso no mês de maio de 2017.

No sentido de completar o ciclo de implantação de UMC e ampliar o acesso ao SNCR, uma servidora da UNIDADE Avançada de Monte Alegre e um servidor da UMC de Novo Progresso foram treinados e habilitados para acessar o Sistema, conforme estabeleceu o plano de metas 2017.

Os Recursos recebidos na Ação/PO 2105/01 foram aplicados no deslocamento de servidores em cumprimento da Ação.

Na mesma ação 2105, também há o PO/02 “fiscalização do cadastral de imóveis rurais”, cuja meta estabelecida foi a fiscalização de 10 mil hectares, sendo executado a fiscalização de 12 mil hectares.

### ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2017	-	
Processos protocolados em 2017	+	-
Processos analisados em 2017	-	-
Estoque final de processos protocolados em 2017	=	
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		28
Processos analisados em 2017	+	320
Processos arquivados em 2017 (a)	-	0
Processos certificados em 2017 (b)	-	320
Estoque final de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	28
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2017 (a)	+	0
Processos certificados em 2017 (b)	+	320
<b>Total de processos concluídos (a + b)</b>		

## 2. Análise:

### SERVIÇO DE CARTOGRAFIA

O serviço de Cartografia, no exercício, ainda sofre com a remoção, para outras superintendências de servidores habilitados ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao Serviço ou ainda cedidos para o Programa Terra-Legal.

No início de 2017 houve o retorno de um técnico com habilitação ao SIGEF cedido ao programa Terra LEGAL. Cabe esclarecer que a partir do segundo quadrimestre de 2016, as tarefas no Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF e do Comitê Regional de Certificação – CRC, paralisaram em virtude da remoção do Presidente e vice do Comitê Regional de Certificação, tornando a Ordem de Serviço de Criação do Comitê de Certificação defasada e impraticável.

No segundo semestre de 2017, dada situação que se encontrava a Ordem de Serviço do Comitê de Certificação, foi criado o novo comitê de certificação e a revogação da antiga OS do Comitê. Relevante esclarecer que o CRC da SR-30 foi criado em julho de 2013, por ocasião da nomeação de dois profissionais na função de ARDA com formação em engenharia cartográfica e, também, um técnico em RDA com habilitação em Agrimensura.

Atualmente a análise de processos de Certificação é totalmente informatizada, visto que em novembro de 2013 foi implantado o SIGEF. Trata-se de um novo sistema informatizado, que visa a certificação de imóveis rurais, com características próprias e sem o protocolo de processos como conhecidos usualmente.

A meta de certificação estabelecida foi de 398 (trezentos e noventa e oito imóveis, sendo 320 (trezentos e vinte) certificados. Os Recursos recebidos na Ação foram aplicados no desenvolvimento das atividades em serviço.

*iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.*

### SERVIÇO DE QUILOMBOLA

Considerando o planejado no Caderno de Metas de 2017 para ser executado pela Unidade Gestora afeto ao Serviço Quilombola, consta que deveriam ser publicados 06 (seis) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, das seguintes comunidades quilombolas: Alto Trombetas I e Alto Trombetas II (ambas localizadas no município de Oriximiná); Ariramba e Arapucu (ambas localizadas no município de Óbidos); Murumuru e Maria Valentina (ambas localizadas no município de Santarém). Destacamos que a meta de publicação de RTID foi cumprida em sua totalidade.

Outra meta prevista era o reconhecimento de áreas quilombolas por meio da publicação de Portaria de Reconhecimento, o quantitativo previsto era de 1.945,53ha (mil novecentos e quarenta e cinco hectares e cinquenta e três ares), esta meta também foi atingida por meio da publicação da Portaria de Reconhecimento da comunidade quilombola Peruana, localizada no município de Óbidos.

Concomitante às publicações de RTID foram efetivados os trabalhos de deslocamento a campo com o objetivo de realizar as notificações de confinantes e de detentores de posses e propriedades compreendidas no perímetro do território pleiteado pelas famílias quilombolas, conforme exigido pela Instrução Normativa do Incra 57/2009.

Outra atividade, também desenvolvida pelo Serviço Quilombola foi a participação em uma série de reuniões informativas acerca da sobreposição territorial entre os territórios quilombolas Alto Trombetas I e Alto Trombetas II e as unidades de conservação Floresta Nacional Saracá-Taquera e Reserva Biológica do Rio Trombetas. Desta atividade participaram várias instituições governamentais:

---

ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, além de organizações não governamentais que apoiam as comunidades quilombolas afetadas pela sobreposição.

O quantitativo orçamentário disponibilizado ao Serviço Quilombola durante o exercício de 2017 foi de R\$ 42.827,00, deste total, foi empenhado e liquidado o valor de R\$ 36.881,00. O exercício financeiro foi finalizado sem que houvesse restos a pagar no exercício seguinte.

#### *iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso*

A gestão desta Divisão tem procurado manter diálogo frequente com a direção da Autarquia, no sentido de monitorar possíveis ajustes nas metas, em decorrência do corte e dos contingenciamentos orçamentários. Associado a isto, busca acompanhar o cumprimento das metas junto a cada Serviço. Como resultado, observa-se o desempenho satisfatório das ações, apesar da conjuntura político/econômico nacional pouco favorável.

Notadamente no que se refere à quantidade de servidores nos Serviços de Cadastro e de Cartografia, há uma lotação de servidores abaixo do desejável frente a demanda, o que influencia no melhor desempenho das atividades. Com isso tem-se um tempo de espera maior que o ideal, e em outros casos, não há continuidade por falta de servidor.

No que se refere à política de regularização fundiária quilombola, os resultados são animadores, fato atribuído ao desempenho eficiente dos servidores lotados no serviço e à política de condução transparente e participativa, como exemplo, a institucionalização da *mesa regional de acompanhamento dos processos quilombolas*, composta, além de representantes da UG, também por lideranças comunitárias, ONG's, CPT, Terra de Direitos e instituições governamentais, como: FUNAI, MPF, MPE, e ainda, entidades afins convidadas que reúnem, trimestralmente, para debater estratégias de ação e visa otimizar os recursos e estabelecer parcerias, consequentemente, apresentando credibilidade e celeridade no trâmite processual. Destas reuniões têm saído encaminhamentos estratégicos contribuindo para dinamizar o fluxo dos processos de regularização fundiária quilombola na jurisdição da SR30.

Vale ressaltar que a “Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola” foi instituída pela Portaria Nº 397, de 24 de julho de 2014, com o intuito de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Seus objetivos, conforme o Art. 2º da Portaria, incluem: “a discussão dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas; a integração de ações de regularização fundiária no âmbito do governo federal, estadual e municipal; a busca de alternativas conjuntas para a gestão de conflitos”. Participam de forma efetiva das reuniões como membros: organizações da sociedade civil; suas organizações representativas a nível municipal e estadual; ONG's voltadas a ações com populações tradicionais (Terra de Direitos, CPT, etc.). E órgão públicos: FUNAI, MPF e MPE.

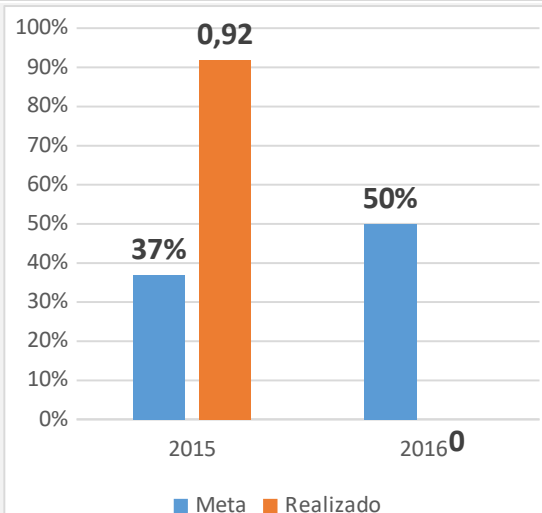
Os demais registros são os instrumentos internos da autarquia, dentre eles, o SIR-Módulo Monitoramento, as planilhas da WIKI, o SIGEF, SNCR, cujas informações são encaminhadas mensalmente ao serviço de planejamento e controle desta UG.

#### *v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

## Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico



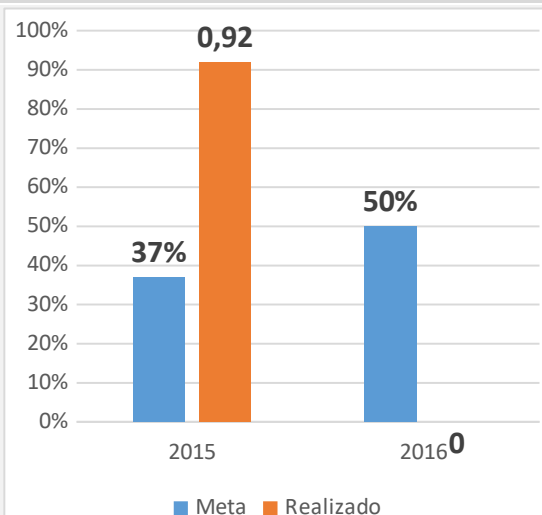
### Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A meta de cadastramento 2017(1200) foi alcançada e superada em 1402 cadastramentos, representando 116% da meta estabelecida. Isto foi possível em virtude da Rede de Cadastramento da SR-30 estar em plena atividade e o gradual aumento das Unidades de Cadastramentos: UMCs, Unidade de cadastramento de Altamira e Santarém e as Unidades do Terra Legal dos mesmos Municípios.

Para o aumento das metas do próximo exercício pretende-se manter a rede de cadastramento existente, com implantação de novas Unidades e realização de treinamento.

## Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico



### Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

O aumento no cumprimento das metas estabelecidas para 2018 está relacionado com a lotação na cartografia de servidores credenciados à utilização do Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF. Atualmente a SR-30 dispõe de apenas um servidor habilitado para realizar análises no SIGEF.

## Índice de regularização fundiária

Gráfico

### Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

(NÃO SE APLICA A ESTA UG)

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. *Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal* (NÃO SE APLICA A ESTA UG)

**Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.**

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2016	
Processos protocolados em 2016	<u>NÃO SE APLICA A ESTA UG</u>
<b>Analisados em 2016</b>	
Estoque final	<u>NÃO SE APLICA A ESTA UG</u>
<b>Planejados para atuação em 2016</b>	

### 3. Análise

**NÃO SE APLICA A ESTA UG**

vii. *Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal*

**Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.** (NÃO SE APLICA A ESTA UG)

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2016	
Processos analisados em 2016	
Planejados para atuação em 2016	

### 4. Análise

**NÃO SE APLICA A ESTA UG**

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A/02	GEST AMBIENTAL	PA	18	19	0	41.470	39.417	39.417	39.417	0,00
211A/05	REG AMBIENTAL	CAR PERÍMET	0	-	0	3.550	2.698	2.698	2.698	0,00
211B/06	CADAS, SEL E HOMOL FAM	Fam atend	0	-	0	10.600	8.794	8.794	8.794	0,00
211B/07	VISTORIA OBTENÇÃO IR	ÁREA (HA)	9.095	9.095	0	8.956	8.862	8.862	8.862	0,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A/02	GEST AMBIENTAL	PA	-	-	3.800,00	0,00	1.000,00	2.800,00
211A/05	REG AMBIENTAL	CAR PERÍMET	-	-	15.706,26	0,00	11.549,90	4.156,36
211A/07	VIST OBTEN IR	ÁREA (HA)	-	-	3.446,36	3.000,00	0,00	446,36
211B/02	PAG INDEN AQUISIÇ	ÁREA (HA)	-	-	551,11	551,11	0,00	0,00
211B/06	CADAS, SEL E HOMOL FAM	Fam atend	-	-	9.633,20	0,00	9.602,58	30,62
211B/07	VISTORIA OBTENÇÃO IR	ÁREA (HA)	-	-	8.596,53	0,00	1.744,80	6.851,73

## 5. Análise:

A divisão de obtenção e implantação de projetos de assentamento SR-30T, responsável pela execução e acompanhamento deste macroprocesso. Possui sob sua governança os planos orçamentários PO: Gestão Ambiental de Assentamentos – 211A/PO-02; Regularização Ambiental de Assentamentos – 211A/PO-05; Cadastro e Seleção de famílias para assentamentos – 211B-PO06; e Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais – 211B/PO-07.

Embora com a considerável demanda de atividades e/ou passivo de conflitos agrários, historicamente constatados, desde a criação da UG, associado aos escassos recursos de pessoal, de estrutura física e meio logístico/tecnológico e orçamentário. A gestão desempenhou suas atividades de acordo com as metas estabelecidas, a saber:

211A-PO02 - visa a gestão ambiental em assentamentos através da execução de atividades que valorizem os ativos ambientais, gerando renda às famílias assentadas; o levantamento e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas; a realização de atividades de educação e conscientização ambiental; e o monitoramento ambiental dos assentamentos, realizando dentre outras, a apuração de denúncias de práticas de ilícitos ambientais.

A provisão orçamentária recebida no exercício compreendeu atividades de campo, no acompanhamento e orientações à elaboração e/ou atualização de PU; culminando com 15 instrumentos concluídos e 04 em fase de conclusão. Pendentes de publicações, em razão de atualização da Instrução Normativa do MMA cuja nova emissão deverá ser de competência da SEMAS. Desta forma a UG aguarda pela publicação do instrumento normatizador para a publicação dos PU.

O monitoramento da regularidade ambiental das atividades produtivas, no interior dos assentamentos, ainda é incipiente. Até então, são realizadas incursões pontuais, basicamente em função de denúncias apresentadas à UG, visando apurar e dar o encaminhamento pertinente, quando da constatação do ilícito.

211A-PO05 – visa a regularidade ambiental dos assentamentos por meio da inscrição do CAR no SICAR, tanto do perímetro, quanto do lote/parcela do assentamento; da realização do licenciamento ambiental das atividades produtivas e das obras de infraestrutura implantadas ou projetadas para o assentamento; e da inclusão ou enquadramento dos assentamentos no Programa de Recuperação Ambiental – PRA.

As atividades do CAR/Perímetro dos projetos de assentamento permanecem na adequação, por parte da UG, das peças técnicas encaminhadas pela UFLA, e no envio a mesma de mais 03 projetos de assentamento para a elaboração do referido CAR.

Quanto ao Licenciamento Ambiental das Unidades Produtivas, esta competência foi inserida nos contratos de ATER. As prestadoras encaminham ao órgão ambiental competente, os pedidos de dispensas de licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental (DLA's).

Precisamente em 15 de fevereiro de 2016, por meio da IN nº 01/2016, a SEMAS-PA, normatizou o PRA no Estado, descrevendo os procedimentos e os critérios para adesão ao PRA no Pará. Neste sentido, a UG programou realizar diagnósticos sobre a situação ambiental das áreas de APP nos assentamentos, entretanto, em razão da carência de mão de obra não foi possível sua execução.

211B-PO06 - visa a seleção de famílias trabalhadoras rurais e agricultoras sem-terra a serem contempladas e promovidas social e economicamente através das políticas públicas previstas no PNRA, através de processo seletivo que se inicia com a realização do cadastros de famílias.

Não houve o estabelecimento de meta física para homologação de novas famílias no exercício. As atividades permanecem em vistorias pontuais e na revisão e atualização do sistema, em consonância com o Acórdão 775/2016/TCU.

211B-PO07 – visa ao custeio de atividades administrativas e/ou judiciais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda, assim como outras formas de obtenção: vistorias para destinação de terras públicas; vistoria de fiscalização para averiguação do cumprimento da função social da propriedade de imóveis rurais; vistoria de avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação; aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; despesas com processos administrativos e judiciais; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações; despesas com comunicações a proprietários; custeio de desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações; aquisição de máquinas e equipamentos de uso profissional para apoio às vistorias.

Esta ação teve pelo menos três atividades, sendo uma no Município de Alenquer, visando ampliar a área do PDS Paraíso, com vistoria em aproximadamente 05 mil hectares; deslocamento de servidor para compor a equipe na finalização dos trabalhos de escritório, referentes aos LAF no entorno do Parque Nacional da Amazônia e; deslocamento de servidor à gleba Lago Grande, visando vistoriar áreas de possíveis conflitos na ratificação de áreas do PAE Lago Grande.

#### *ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)*

A quase totalidade das terras passíveis de utilização agrícola nos Municípios de jurisdição da SR(30) são públicas, federais e estaduais.

No âmbito federal dois programas promovem a regularização fundiária. De um lado o PNRA que realiza a destinação de terras através da criação de projetos de assentamentos, reconhecimento de famílias ocupantes, e aplicação de políticas de assistência técnica, econômica, social e ambiental previstas no PNRA. Por outro lado, o Programa Terra Legal que atua regularizando ocupações, mediante a expedição de títulos de domínio aos ocupantes e ocupações que preencham os requisitos estabelecidos pela LEI 11.952/2009.

As ocupações que não atendem aos requisitos do Terra-Legal compõem estoque consideravelmente elevado de terras, revestidas de prioridade para destinação à reforma agrária. Neste viés, urge a importância da atuação sinérgica das Políticas para a promoção do ordenamento fundiário, do desenvolvimento econômico, social e ambiental, e da paz no campo com elevado nível de justiça social.

#### *iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referente a áreas de reserva legal e preservação permanentes desmatadas*

Obtenções onerosas através de procedimentos administrativos e/ou judiciais de desapropriação ou aquisição de terras são tão antigas na região que não alcançam os últimos regramentos que estabelece a obrigatoriedade de descontos nos valores das indenizações na hipótese de existir passivos ambientais ou áreas degradadas nas RL ou APP dos imóveis.

---

#### *iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional*

Com raríssima exceção, os projetos de assentamento na área de atuação da UG estão inscritos no SICAR – 134 CAR Perímetro entregues por meio do TED firmado entre a autarquia e a UFPA. Sendo que as desconformidades identificadas estão em processo de adequações, porém, a mudança de plataforma de inscrição dos cadastros ambientais do sistema estadual (SIMLAM) para o federal (SICAR), trouxe algumas dificuldades na execução desta atividade. A principal delas é o acesso ao sistema, ainda restrito ao Incra/sede.

Quanto ao CAR individual, não houve avanço na inserção dos dados no sistema em razão de ainda se encontrar sem acesso o módulo assentamento. Além disso, de forma geral, os principais entraves para a elaboração do CAR individual, no sentido de ampliar para os demais assentamentos vem sendo: a ausência de recursos para contratação de prestação de serviço técnico; ausência de mão de obra no setor competente para elaboração direta; ausência de georreferenciamento das parcelas dos projetos; “ausência” de imagens de satélite atualizadas e de alta resolução; Ausência de acesso direto ao SICAR para elaboração na UG e, a indefinição quanto a entrega de módulo do sistema SICAR, específico para lotes de projetos de assentamentos.

As empresas contratadas de ATER, atuando no licenciamento ambiental de atividades produtivas nos assentamentos. O investimento na contratação dessas empresas tem sido fundamental para viabilizar a regularização ambiental das atividades desenvolvidas pelas famílias beneficiárias.

#### *v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia*

O planejamento da UG para o exercício 2017 seria o advindo do PPCADI/PAV 2016, onde diversas atividades no âmbito do serviço de meio ambiente com foco no diagnóstico de projetos de assentamentos ricos em ativos ambientais e àqueles com destaque de exploração ilegal de recursos naturais estão incluídos. Porém, a insuficiente mão de obra no setor competente foi deslocada para atividades prioritárias da autarquia, inviabilizando em sua totalidade a atividade anteriormente planejada.

A UG assinou no exercício 2017, o Termo de Cooperação com a SEMAS-PA, para efetivar a regularização ambiental de assentamentos no Estado, formando Grupo de Trabalho com articulações interinstitucionais com SEMMAs, IBAMA, ICMBIO, SPU, EMATER, IDERFLORBio para regularização, fiscalização, combate, e controle do desmatamento nos assentamentos.

**Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro**

**Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6**

9.2.6. Adote para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 Os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. Os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. Os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.

<b>Ação a ser implementada</b>	<b>Total de imóveis</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Responsável pela implementação</b>
Projetos com origem em desapropriação de imóvel (s).	08	2018	T/A
Projetos com origem em destinação de Gleba Pública arrecadada (p/t).	85	2018	T/A
Projetos com origem em destinação de imóvel da União sob gestão da SPU – com Matrícula.	03	2018	T/A
Projetos com origem em destinação de imóvel da União sob gestão da SPU – Sem Matrícula.	45	2018	T/A
Projetos reconhecidos – Propriedade Estadual	06	2018	T/A
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A UG possui gestão sobre 144 imóveis rurais destinados à reforma agrária em sua área de atuação: 08 projetos originados em desapropriação de imóvel (s); 87 projetos originados em destinação parcial de Gleba Pública arrecadada; 03 projetos com origem em destinação de imóvel da União sob gestão da SPU, com registro imobiliário; e 46 projetos com origem em destinação de terras da União sob gestão da SPU, arrecadação e registro imobiliário.

Contrapondo-se à informação do Relatório de Gestão de 2015, onde informou-se com base em tabela fornecida pelo INCRA/SEDE, que a UG possuía 41 imóveis desapropriados para destinação a projetos de reforma agrária.

### Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$)
		Saldo em 31/12/2017
1.2.3.2.1.01.09	Fazendas, parques e Reservas	1.745.761,27
1.2.3.2.1..04.21	Imóveis a Registrar destinados à Reforma Agrária	1.025.616,56

Vale salientar que em maio de 2016 a Coordenação Geral de Contabilidade do INCRA-SEDE, ministrou TREINAMENTO EM SERVIÇO/OFICINAS DE TRABALHO com foco na legislação e nas questões operacionais e administrativas referente ao cadastro e contabilização no SPIUnet/SIAFI dos Imóveis Obtidos para fins de Reforma Agrária, entendidos como de Uso Especial, com fundamentos na Portaria Conjunta STN/SPU/Nº 703/2014. Acórdãos TCU Nº 557/04 e Nº 2461/15.

Neste sentido, dois servidores desta Regional participaram do treinamento, sendo 01 lotado no serviço de contabilidade e outro no serviço de administração e serviços gerais.

Após a capacitação elaborou-se ordem de serviço designando 02 servidores, responsáveis pelos lançamentos dos imóveis no sistema SPIUNET e, 01 servidor, do serviço de obtenção, responsável pela montagem dos Kits de documentos dos imóveis desapropriados, bem como, apontar a ocorrência de deficiências processuais para correção ou saneamento.

Entretanto, ainda no decorrer do exercício de 2016, a ordem de serviço sofreu baixa de dois servidores, um da administração foi removido para outra Regional e o servidor da obtenção foi lotado em outra divisão. Tais alterações comprometeram a execução dos trabalhos em 2016 e 2017, ocasião de alternância de superintendentes e chefes de divisões. Ainda assim, para 2018, os trabalhos deverão reiniciar com o reestabelecimento de servidores na ordem de serviço.

#### *vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária*

Na jurisdição da SR-30, o INCRA conta com 02 (duas) Unidades Avançadas, localizadas nos Municípios Paraenses de Itaituba/Miritituba e Monte Alegre, possui ainda 01 (um) posto avançado no Município de Rurópolis, além da Sede no Município de Santarém, esta estruturada conta com a Sala da Cidadania Digital que recepciona as demandas oriundas dos diversos seguimentos sociais, tais como, Associações, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais, Representantes das Comunidades e lideranças de Projetos de Assentamento e afins.

#### *viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso*

De um modo geral, a fidedignidade dos registros informatizados da UG está diretamente relacionada ao comprometimento de cada gestor das divisões e dos seus respectivos serviços. Isso se dá em razão da alimentação dos dados atualizados nos diversos sistemas de controle serem de total responsabilidade dos gestores das ações ou do encaminhamento dos dados ao serviço competente para a devida atualização, que no caso do SIR - módulo monitoramento e controle, de acordo com normativos é atualizado mensalmente.

Por conseguinte, dentre os principais sistemas de controle, destacam-se: o SIR (módulo monitoramento e controle), as planilhas da wiki; o sipra, o siater, etc. Além do sistema aberto como o siafi.

A partir do último trimestre do exercício de 2015, a UG busca atualizar e/ou alimentar, de forma precisa, as bases de dados dos sistemas, de acordo com os levantamentos dos dados encontrados nos processos de cada atividade.

Isso demonstra que o controle dessa tarefa necessita ser priorizada pelo gestor maior, internalizada pelos demais gestores, para, efetivamente, ter-se a fidedignidade dos registros informatizados.

*ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	Não há como a UG mensurar. Esta informação está concentrada na sede da autarquia, responsável pela consolidação geral das informações.

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	Não houve no exercício. Todos os projetos de assentamento da jurisdição possuem CAR perímetro. Ocorre a revisão e adequações em alguns instrumentos após as análises técnicas na UG.

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	Não houve no exercício. Todos os projetos de assentamento da jurisdição possuem CAR perímetro. Ocorre a revisão e adequações em alguns instrumentos após as análises técnicas na UG.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

*x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício*

**Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).**

**NÃO HOUVE CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO EXERCÍCIO**

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S/02/03/04	ATES ( PO consolidado)	Fam atend	4.065	4.140	0,00	3.819.863,38	695.545,00	695.545,00	695.545,00	0,00
0427	Créd Instalação	Fam atend	3.000	616	0,00	190.401,00	190.400,94	190.400,94	190.400,94	0,00
211A/01	SUPERV FISC CREDITO	Crédito	3000	1.192	0,,00	91.575	31.222	31.222	31.222	0,00
211A/04	TITULAÇÃO	CCU	1.000	1.122	0,00	166.279	90.340	90.340	90.340	0,00
211A/08	INFRAESTRUTURA BASICA	Fam atend	762	0	0,00	8.792.362	27.236	27.236	27.236	0,00
211A/09	DEMARCO PROJ	Fam atend	3.000	0	0,00	291.874	201.577	201.577	201.577	0,00
211A/0A	SUPERVISÃO OCUPACIONAL	Parcela Supervisionada	391	338	0,00	364.910	242.647	239.034	239.034	3.613

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S/02/03/04	ATES (PO consolidado)	Fam atend	-		17.801.351,10	2.287.283,66	2.679.041,95	12.834.025,94
210T/01	EDUCAÇÃO CAMPO	Trab Rural	-	-	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
210W/04	DOC TRABALH RURA	Trab Rural	-	-	19.703,26	500,00	8.134,40	11.068,86
211A/01	SUPERV FISC CRÉDIT	Crédito	-	-	8.852,39	5.000,00	1.198,66	2.653,73
211A/04	TITULAÇÃO	CCU	-	-	15.000,00	0,00	3.178,81	11.821,19
211A/08	INFRAESTRU BÁSICA	Fam atend	-	-	21.704.883,07	5.662.846,56	2.675.516,76	13.366.519,75
211A/09	DEMARCO PROJ	Fam atend	-	-	21.518,38	0,00	17.807,73	3.710,65

PLAN  
EJAM  
ENTO  
ORGA  
NIZA  
CION  
AL E  
DESE  
MPE  
NHO  
ORÇA  
MENT  
ÁRIO  
E  
OPER  
ACIO  
NAL

211A/0A	SUPERV OCUPACION	Parcela Supervisionada	-	-	11.500,00	0,00	6.200,00	5.300,00
4470/	ATER (ANTES 2013)	Fam atend	-	-	9.479,97	0,00	0,00	9.479,97
8396/	INFRA (ANTES 2013)	Fam atend	-	-	4.065.068,88	0,00	0,00	4.065.068,88

211A PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento - “Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou com a recuperação de infraestrutura, como estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.” (Manual de Indicadores do Módulo Monitoramento ).

Esta ação, na jurisdição da UG, especificamente, obras de acesso, no geral deve ter sua estratégia de implementação repensada e com relevância, em razão das peculiaridades locais, no oeste do Pará: por exemplo a associação entre o período das grandes chuvas na região e a liberação dos recursos orçamentário/financeiro; a capacidade de suporte de peso das estradas vicinais frente ao elevado tráfego de transportes madeireiro; o importante custo do quilômetro para atender os requisitos técnicos do empreendimento; a excessiva demanda associado as limitações orçamentárias/financeiras e de recursos humanos na UG visando o acompanhamento das obras; as dificuldades orçamentárias para fiscalização do empreendimento em tempo real; a precária capacidade das convenientes na prestação de contas dos contratos e no manuseio do SICONV; são alguns gargalos que inviabilizam a adequada implementação da ação.

Neste contexto, há sérios problemas na efetividade do objeto contratado, logo urge discussão ampla com os atores envolvidos, incluindo aí, os órgãos de controle, no sentido de aperfeiçoar o atendimento da demanda.

Quanto ao deficit, com exceções, todos os projetos de assentamento necessitam de implantação e/ou melhorias: de acesso, de água potável e, energia elétrica de qualidade. O que em tese, impacta diretamente no desenvolvimento sócio/econômico das famílias beneficiárias.

No exercício não houve a celebração de novos contratos, entretanto, a UG possui atualmente 10 convênios oriundos do exercício 2013, dos quais 06 encontram-se vencidos por razões diversas, seja pela fragilidade nas prestações de contas por parte das convenientes, seja pelo insuficiente quadro de servidores do Incra no encaminhamento das questões em razão das limitações orçamentárias. O fato é que boa parte das prestadoras dos serviços não concluíram o quantitativo de estradas contratadas. Soma-se a este quadro, pelo menos 18 contratos, anteriormente, celebrados com pendência de encaminhamento, pelas convenientes ou pela própria UG no que concerne as aberturas de TCE, embora com o importante apoio da direção da autarquia, ainda é insuficiente a conclusão dos trabalhos frente a demanda represada.

Na jurisdição da UG, desde a sua criação, a demanda por infraestrutura básica é apresentada por solicitação das associações ou das lideranças de comunidades dos projetos de assentamento, tanto ao Incra, quanto às prefeituras. E por razões de limites orçamentário/financeiro e de servidores engenheiro civil, somente as associações mais organizadas e articuladas avançam no processo.

Operacionalizar essa atividade é outro fator limitante na região, os contratos celebrados possuem enormes dificuldades de efetivação, tanto administrativa quanto fisicamente. Há na região, pouco profissionais habilitados em prestação de contas de convênios, ou outro instrumento de repasse de recursos. Um exemplo pode ser observado no parágrafo abaixo.

Ao longo do exercício não foram celebrados novos contratos de infraestrutura. Essa Ação ficou restrita ao trabalho de acompanhamento e fiscalização de instrumentos firmados no ano de 2013, sendo 10 convênios e 05 Termos de Compromisso - TC com prefeituras municipais do oeste do Pará, cujo objeto Implantação e/ou recuperação de estradas vicinais em projetos de assentamento. O trabalho de fiscalização e acompanhamento resultou na confecção de relatórios técnicos das obras visitadas.

Ainda levando em consideração o contexto econômico que passa o país, com consequentes cortes no orçamento da União, afetando as instituições públicas como um todo, por conseguinte, ocasionando recorrentes atrasos no repasse dos recursos, pela Autarquia. Fato que também comprometeu a execução dos serviços. Cabe frisar que no ano de 2017, houve descentralização de

---

financeiro para algumas prestadoras. Portanto, o recurso utilizado na ação foi específico para a supervisão das obras.

A importância do acompanhamento e fiscalização, dá-se em razão da avaliação do estágio dos trabalhos executados, sob pena de se perder o controle da quantidade e qualidade dos serviços prestados, por se tratar de obras passíveis de sofrerem avarias em decorrência de fatores climáticos.

A curto prazo, não foi possível mensurar o déficit de estradas vicinais, em todos os assentamentos, em razão do elevado número de Projetos de Assentamento cujo diagnóstico ainda se encontra em estudo, inclusive para propor alternativas que minimizem o acesso aos assentamentos. Além dos trabalhos que podem ser realizados pelo setor de engenharia; estuda-se uma forma de aproveitamento dos dados dos serviços de ATER, no sentido de qualificar a demanda nos projetos assistidos.

---

### *iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento*

---

Diversas foram as atividades de vistorias de supervisões ocupacionais, dentre elas: as supervisões pontuais nos projetos de assentamento Ituqui e Moju I e II, culminando com 85 parcelas vistoriadas e os seus relatórios e instruções processuais em andamento, pelas equipes responsáveis;

No PDS Igarapé do Anta, todos os lotes, isto é, os 40 lotes foram vistoriados e constam, no relatório circunstanciado juntado ao processo de criação, onde identificou: 20 famílias regulares, 14 ocupantes irregulares e, 06 unidades com casas abandonadas. Processo em andamento para as deliberações cabíveis;

Em andamento está ainda, a conclusão das vistorias no PDS Terra Nossa, que mediante relatório circunstanciado juntado ao processo de criação, constatou 59 famílias regulares, 141 ocupantes sem anuência do Incra, 23 com reconcentração de parcelas, 16 ocupantes cadastrados em outros projetos, 52 unidades abandonadas, 05 com uso comunitário e 02 com uso inviabilizado por questões naturais. Os processos individuais estão seguindo os trâmites legais para a tomada de decisão, conforme informações técnicas;

Foram entregues notificações a ocupantes irregulares no PAE Urucurituba, são ocupantes que contrariam o PU definido pela comunidade. Os processos estão instruídos e aguardam a análise técnica para encaminhamento pertinente;

Também no PDS Serra Azul, vistorias foram iniciadas no mês de setembro, ainda sem previsão de concluir em razão das adversidades identificadas e a considerável extensão da área do assentamento. Vale ressaltar numerosas notificações entregues ainda no exercício de 2016, cujo relatório encontra-se no processo de criação;

Em fase de conclusão, estão as vistorias de constatação, visando a emissão de CCU para as famílias do PA Moju I e II. Boa parte dos processos foram devidamente instruídos e encaminhados ao setor de titulação para análise. Relevante esclarecer que 450 famílias foram contatadas com base nas informações da prestadora oficial de ATER contratada pela UG.

---

### *iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento*

#### *• Crédito Instalação*

---

As atividades de Crédito Instalação dividem-se em duas: a) Prestação de Contas e Conclusão das Operações de Crédito Antigo; b) Concessão de Novos Créditos com base no Decreto nº9.066/2017 de 31 maio de 2017.

Iniciou no PA Moju I e II e na RESEX Tapajós Arapiuns, objetivando o lançamento das informações no SNCCI para as devidas remissões e cobranças, dependendo do caso.

---

---

Houve supervisão de crédito, na modalidade aquisição de material de construção, em casas no PAE Eixo Forte com a finalidade de apurar denúncia de possíveis irregularidades de transferência e/ou abandono de habitações. Há também, 45 famílias devidamente cadastradas no SNCCI, com o cartão já emitido pelo Banco do Brasil, aguardando a emissão e assinatura dos contratos

Em agosto de 2017, foram entregues as GRU aos beneficiários que tiveram acesso ao crédito instalação, modalidade Apoio Inicial I, no exercício de 2014. Culminando com 1.192 famílias do PAEX Curumucuri, que em conformidade com o SNCCI vêm realizando os pagamentos regularmente; Outra demanda, na ordem de 965 créditos na modalidade Complementação do Apoio Inicial I encaminhada ao gabinete da SR-30 está prevista;

Na RESEX Tapajós Arapiuns foram destinados 17 créditos na modalidade Fomento Mulher e 12 na modalidade Apoio Inicial I às famílias devidamente atendidas pelos serviços de ATES. Outra demanda está em fase de qualificação para atendimento de crédito instalação.

---

- *Agroindustrialização*

Não houve no exercício

- *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Não houve no exercício

- *Educação no campo*

Não houve no exercício

---

*v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)*

De um modo geral, os registros de controle informatizados está diretamente relacionada ao comprometimento de cada gestor das divisões e dos responsáveis pelos respectivos serviços. Isso se dá em razão da alimentação dos dados atualizados nos diversos sistemas de controle serem de total responsabilidade dos gestores das ações ou do encaminhamento de informações ao serviço competente para a devida atualização; no caso do SIR-Módulo monitoramento e controle, de acordo com normativos os dados encaminhados são atualizados mensalmente.

Por conseguinte, dentre os principais sistemas de controle, destacam-se: o SIR (módulo monitoramento e controle), as planilhas da wiki; o sipra, o siater, o sncci, etc. Além dos sistemas abertos como o siconv e o siafi.

A partir do último trimestre do exercício de 2015, a UG busca atualizar e/ou alimentar, de forma precisa, as bases de dados dos sistemas, de acordo com os levantamentos dos dados encontrados nos processos de cada atividade.

Isso demonstra que o controle dessa tarefa necessita ser priorizada pelo gestor maior, internalizada pelos demais gestores, para, efetivamente, ter-se a fidedignidade dos registros informatizados.

Ainda assim, observa-se a fragilidade dos responsáveis em disponibilizar, em tempo adequado, os dados a serem inseridos nos sistemas de controle SIR/Monitoramento e nas Planilhas WIKI. Ocorrendo um descompasso temporal nas informações.

*vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício*

#### **Índice de acesso à água para consumo doméstico**

<b>Gráfico</b>	<b>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</b>
	<hr/> <hr/> NÃO HOUVE META NO EXERCÍCIO <hr/> <hr/>

#### **Índice de provimento de PDA/PRA**

<b>Gráfico</b>	<b>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</b>
	<hr/> <hr/> NÃO HOUVE META NO EXERCÍCIO <hr/> <hr/>

#### **Índice de acesso à moradia nos assentamentos**

<b>Gráfico</b>	<b>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</b>
	<hr/> <hr/> NÃO HOUVE META NO EXERCÍCIO <hr/> <hr/>

#### **Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população**

<b>Gráfico</b>	<b>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</b>
	<hr/> <hr/> NÃO HÁ REGISTRO NA UNIDADE <hr/> <hr/>

Índice de provimento de assistência técnica	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	NÃO HOUVE REGISTRO NO EXERCÍCIO

Índice de parcelas supervisionadas	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	Não há como estimar antes da aprovação orçamentária e distribuição dos recursos por parte da direção da autarquia.

Nota: acrescentar a tabela de supervisão

Índice de consolidação de assentamentos	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

*vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência*

**Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.**

Não houve no exercício

Índice de acesso à água para consumo doméstico	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

*viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento*  
**Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.**

**Breve Histórico**

Vale esclarecer que o serviço prestado de ATER, contrato via chamada pública, é caracterizado como uma ação continuada, isto é, os contratos possuem vigência de 01 ano, passíveis de prorrogar por igual período, dentro de um mesmo PPA.

Em 2013, houve chamada pública, pela direção da Autarquia, para projetos de assentamento reconhecidos, sendo a jurisdição desta UG, contemplada com o atendimento a 3.562 famílias, no assentamento RESEX Tapajós/Arapiuns.

Em 2014, a chamada pública foi executada diretamente pela UG, em assentamentos tradicionais (PA) e diferenciados (PAE e PDS), visando atender inicialmente 7.888 famílias. Que acumulando os exercícios 2013 e 2014, por se tratar de uma ação continuada, passou a um quantitativo em 2014 de 11.450 famílias atendidas.

A UG buscou executar, para a chamada pública de 2014, uma metodologia participativa; realizou 06 reuniões do GT (beneficiários da RA, líderes de Associações de PA, dos STTR, de prestadoras de ATER, servidores do INCRA, representantes da sociedade afins).

Na Chamada, foram estabelecidos, dentre outros, os critérios para a escolha dos projetos de reforma agrária e do quantitativo de famílias a serem atendidas, por assentamento. Resultou em 39 projetos e o número de famílias estimado, considerando a taxa de ocupação em RB de 40% nos assentamentos tradicionais e 80% nos extrativistas.

No decorrer dos anos, por meio das vistorias de acompanhamento, pelos técnicos da UG, diagnosticou-se que a taxa de ocupação, tanto na Resex, quanto nos demais assentamentos é inferior ao previsto nas chamadas.

No período compreendido entre 2013 a 2015, constatou-se que do total de 11.450 famílias, apenas 8.021 estavam, efetivamente, atendidas com os serviços de ATER, isto é, 74,31% do quantitativo contratado. Numerosas são as hipóteses nesta redução, dentre elas: algumas famílias optaram por sair do assentamento; outras com as RB bloqueadas no Sipra (NE 70 ou 45). Associado a isto, alguns contratos não tiveram continuidade, quer por desistência de técnicos ou dificuldade da prestadora em substituí-los, quer pela incapacidade da prestadora em executar as atividades, motivadas, tanto pelos sucessivos atrasos no repasse dos recursos financeiros (contingenciamento), quanto pelo próprio desconhecimento das adversidades da região amazônica.

Outra hipótese merece estudo mais consistente - a dinâmica das famílias nos projetos de várzea, pois no período das cheias, boa parte das famílias migram para áreas de terra firme, inclusive fora do assentamento; vendem mão de obra na realização de pequenos serviços; outros buscam, nas sedes dos Municípios, trabalhos temporários, quase sempre limpeza de quintais, terrenos baldios, serviços domésticos, etc. Também aproveitam para consultas médicas. Posteriormente, retornam para o assentamento, dando continuidade ao ciclo. Em casos extremos, o período das cheias prolongam por 6 meses. Considerando que os contratos de ATER em sua maioria foram destinadas as áreas de várzea, isso implica em uma qualificação específica e diferenciada.

Especificamente, a partir do exercício 2015, intensificaram-se os recorrentes contingenciamento, consequência de importantes atrasos no repasse tempestivo de recursos às prestadoras, causa de sérios problemas na execução dos contratos e serviços de campo.

Somado a isto, em 2016, o Acórdão TCU 775/2016 bloqueou, nacionalmente, no Sipra, uma parcela significativa de famílias beneficiárias do PNRA, impossibilitando a Autarquia a descentralizar recursos para implementar qualquer política pública nas áreas de assentamentos. Um exemplo foi o bloqueio de 65% das famílias atendidas com ATER, no contrato CRT.ST.0000007-14.

Ainda em julho de 2016, a DD, por meio do Memorando Circular/230, determinou a rescisão amigável dos contratos com possíveis baixas: de execução, eficiência e qualidade dos serviços. Assim, em outubro de 2016 em reunião na sede da Autarquia, com o diretor de desenvolvimento, a UG apresentou os contratos que poderiam ser rescindidos ou as atividades reduzidas.

Diante do exposto, em maior número de meses do exercício 2016, somente 862 famílias puderam, legalmente, ser atendidas com os serviços contratados de ATER

Em 2017, com meta estabelecida de 4065 famílias, a UG ainda com a redução dos contratos de ATER, conseguiu atender a 4144 famílias, superando a meta estabelecida.

Vale salientar que os números contidos na execução do caderno de metas, não condizem a realidade local, provavelmente pela falta de atualização da planilha wiki, do exercício.

### **Considerações finais ATER -**

A experiência adquirida, frente aos serviços prestados pelas instituições contratadas, sugeri, com vistas a melhorar a efetividade das atividades de campo, relevantes fatores que antecedem a novas parcerias:

- a) O georreferenciamento do perímetro, parcelas/unidade produtiva, RL e APP dos assentamentos, priorizando aqueles com os serviços de ATER;
- b) O PDA/PRA/PU (participativos) são instrumentos orientadores que antecedem a implementação de quaisquer políticas públicas (ATER, estrada vicinal, água, energia, habitação, crédito, CAR, etc.) nos projetos de assentamento de reforma agrária. Para tanto, capacitar os servidores envolvidos com ATER nas metodologias, por exemplo: Sistemas Agrários, Capacitação Imersa, ou similares.
- c) Promover a regularidade tempestivo de repasses dos recursos orçamentário/financeiro as prestadoras;
- d) Concluir a revisão nos lotes das famílias bloqueadas no Sipra pelo Acórdão TCU
- e) Ampliar a parceria com oNg's e instituições públicas de ensino, preferencialmente da região, com experiências participativas oficialmente reconhecidas em agricultura familiar, na Amazônia, visando assegurar a qualidade dos trabalhos de ATER e promover a capacitação continuada;
- f) Promover parcerias com instituições financeiras visando captar recurso para implementar políticas públicas (georreferenciamento, CAR, etc.).

*ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor*

**Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).**

Ainda não é possível avaliar o cumprimento das condicionantes nos projetos de assentamento. Somente a partir da adaptação do Plano de Regularização Ambiental (PRA) do Estado do Pará com o CAR módulo Assentamento Federal, será apontada situação ambiental dos assentamentos por intermédio da regularidade ambiental do CAR e PRA.

## ***4- Governança, gestão de riscos e controles internos***

### **4.1- Atuação da unidade de auditoria interna**

Não houve no exercício.

### **4.2- Gestão de riscos e controles internos**

*14.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico*

i. Principais riscos:

Dificuldade da direção da autarquia em disponibilizar servidor habilitado para serviços específicos como abertura/conclusão das necessárias TCE, em razão do contingenciamento/corte dos recursos orçamentário/financeiro;

Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios celebrados resultando no aumento da demanda e recomendações dos órgão de controle;

Acirramento dos conflitos agrários em virtude das dificuldades no atendimento das principais demandas acordadas em exercícios anteriores com os movimentos sociais.

Corte nos recursos orçamentários da autarquia para manutenção e ampliação dos contratos de prestadoras de ATES;

Possibilidade de paralisação das atividades, greve, em decorrência da desmotivação dos servidores.

ii. Estratégia de enfrentamento:

---

Encaminhamento de ofícios junto aos cartórios solicitando informações dos imóveis rurais e, quando necessário, o deslocamento de servidores às comarcas para subsidiar a UG nas atividades de estudo de cadeia dominial;

Solicitação de treinamento ao serviço de desenvolvimento humano para realizar capacitação de servidores;

Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades e movimentos sociais organizados, no intuito de antecipar/amenizar situação de tensão/conflito;

Manutenção dos contratos de mão de obra terceirizada no sentido de amenizar a insuficiência de servidores;

Reuniões para redefinição de áreas para fiscalização com a participação dos movimentos sociais, visando atender a prioridade das prioridades frente as demandas prioritárias acordadas, anteriormente, nos projetos de assentamento e elaboração de um novo cronograma de ações em consonância com a descentralização orçamentária;

Ampliação das parcerias, especialmente com o MPF, MPE, PF, IBAMA, ICMBIO, SPU, Vara Agrária, ITERPA, e demais instituições afins, na busca de dar maior celeridade e transparência na condução das questões fundiárias da região.

---

#### *4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública*

---

De um modo geral, os registros de controle informatizados está diretamente relacionada ao comprometimento de cada gestor das divisões e dos responsáveis pelos respectivos serviços. Isso se dá em razão da alimentação dos dados atualizados nos diversos sistemas de controle serem de total responsabilidade dos gestores das ações ou do encaminhamento de informações ao serviço competente para a devida atualização; no caso do SIR-Módulo monitoramento e controle, de acordo com normativos os dados encaminhados são atualizados mensalmente.

Por conseguinte, dentre os principais sistemas de controle, destacam-se: o SIR (módulo monitoramento e controle), as planilhas da wiki; o sipra, o siater, o sncci, etc. Além dos sistemas abertos como o siconv e o siafi.

Isso demonstra que o controle dessa tarefa necessita ser priorizada pelo gestor maior, internalizada pelos demais gestores, para, efetivamente, ter-se a fidedignidade dos registros informatizados.

Ainda assim, observa-se a fragilidade dos responsáveis em disponibilizar, em tempo adequado, os dados a serem inseridos nos sistemas de controle SIR/Monitoramento e nas Planilhas WIKI. Ocorrendo um descompasso temporal nas informações. Isso demonstra que o controle dessa tarefa necessita ser priorizada pelo gestor maior, internalizada pelos demais gestores, para, efetivamente, ter-se a fidedignidade dos registros informatizados.

---

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

#### **Ambiente de Controle**

- **A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento** – com a constante alternância de superintendentes e chefes de divisões da UJ, observa-se um período longo até a internalização da importância dos controles internos oficiais por parte dos dirigentes;
- **Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade** – Não, mas todos os servidores são cientes das suas existências. Observa-se a desmotivação de boa parte dos servidores em encaminhar as informações necessárias em razão da pouca credibilidade no resultado desta atividade;
- **A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente** – entende-se comunicação quando há reciprocidade da informação, embora as informações estejam disponíveis a reciprocidade não atende por completo a necessidade da UJ;
- **Existe código formalizado de ética ou de conduta** – Um código de ética específico da UJ, não há. Somente a lei que rege a conduta do servidor público;
- **Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais** – as instruções processuais são normatizadas pelo Incra sede e pelas orientações de órgão de controle CGU, onde a UJ alcança um índice importante na sua operacionalização;
- **Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta** – diretamente pela UJ não, no caso dos normativos internos elaborados na sede da autarquia, alguns servidores de diversas unidades do Incra no Brasil, são convocados para participarem das suas elaborações e/ou adequações;
- **A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento** – com a constante alternância de superintendentes e chefes de divisões da UJ, observa-se um período longo até a internalização da importância dos controles internos oficiais por parte dos dirigentes;
- **Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade** – Não, mas todos os servidores são cientes das suas existências. Observa-se a desmotivação de boa parte dos servidores em encaminhar as informações necessárias em razão da pouca credibilidade no resultado desta atividade;
- **Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais** – as instruções processuais são normatizadas pelo Incra sede e pelas orientações de órgão de controle CGU, onde a UJ alcança um índice importante na sua operacionalização;
- **Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta** – diretamente pela UJ não, no caso dos normativos internos elaborados na sede da autarquia, alguns servidores de diversas unidades do Incra no Brasil, são convocados para participarem das suas elaborações e/ou adequações;
- **As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades** – quase sempre as delegações de atividades são amparadas por Ordens de Serviços designando equipes a campo ou trabalhos internos;
- **Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ** – atualmente, o servidor público federal desenvolve atividades múltiplas como dirigir, digitalizar seu relatório, elaborar a própria solicitação de diárias, etc. Entretanto, as tarefas

específicas ao profissional são obedecidas rigorosamente, tais como atividades inerentes a engenheiros civis, agrônomos, antropólogos, dentre outras;

- ***Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ*** – somente quando da percepção de importância por parte dos gestores.

#### **Avaliação de Risco**

- ***Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados*** – sim, dá-se a nomenclatura de Caderno de Metas;
- ***Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade*** – não, para tanto, por exemplo, normalmente as equipes de campo, realizam reuniões internas, anterior aos deslocamentos, visando mitigar possíveis enfrentamentos adversos; o mesmo ocorre no decorrer das atividades;
- ***É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los*** – conforme mencionado no item acima, não;
- ***É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão*** - conforme mencionado no item acima, não;
- ***A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo*** - conforme mencionado no item acima, não;
- ***Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão*** – no decorrer das atividades de campo, sim;
- ***Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade*** – no início da criação da UG o sistema de controle e o arquivo dos processos eram sensivelmente frágeis, no decorrer dos anos, com a digitalização de numerosos processos e mais recentemente, com a implantação do SEI as ocorrências de fraudes e perdas estão controladas;
- ***Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos*** – embora os procedimentos sejam lentos, há abertura de sindicância e, inclusive de processo administrativo disciplinar, dependendo do grau do ocorrido;
- ***Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade*** – as normas e seus regulamentos são instituídas pela direção da autarquia em Brasília.

#### **Procedimentos de controle**

- ***Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas*** – as políticas existem, a dificuldade é a internalização por parte dos responsáveis na UJ em encaminhar ao serviço competente as informações em tempo adequado para alimentar os sistemas;
- ***As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo*** – não, as razões estão apontadas no item anterior;
- ***As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação*** – não, embora a direção da autarquia em Brasília esteja trabalhando para esta finalidade;
- ***As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle*** – sim;

---

### **Informação e comunicação**

---

- ***A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas*** – não; inclusive não há como mensurar;
  - ***As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas*** – não há como mensurar, depende da forma de trabalho de cada gestor;
  - ***A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível - A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz*** – não há como mensurar, depende da forma de trabalho de cada gestor;
  - ***A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura*** – os sistemas são acessíveis a toda a estrutura, porém, não há confiabilidade em tempo real, logo há necessidade de que as informações sejam alimentadas em tempo real.
- 

### **Monitoramento**

---

- ***O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo*** – embora com a dedicação do serviço competente para a alimentação de alguns sistemas relevantes, não há a internalização da importância por parte de alguns gestores em encaminhar as informações de maneira tempestiva.
  - ***O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas*** – não, rotineiramente, as avaliações em geral eram organizadas pela sede da autarquia, uma vez ao ano; porém, vale salientar que não ocorrem há pelo menos 3 anos;
  - ***O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho*** – quase exclusivamente para repactuação das metas.
- 

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

## 5- Áreas especiais da gestão

### 5.1- Gestão de pessoas

#### 5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



---

### *Análise da distribuição*

As Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA tem estrutura, atribuições e competências estabelecidas através do Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009. O organograma acima representa esse padrão e foi preenchido com a quantidade de servidores lotados em cada estrutura.

A Superintendência Regional do INCRA em Santarém - SR(30) possui um quadro de 107 (cento e sete) servidores ativos, sendo 02 cargos em comissão sem vínculo. No Gabinete da Superintendência, Há 1 cargo em comissão de Superintendente, e o Assistente (adjunto) que é um servidor de carreira; a Procuradoria Regional conta com 02 (dois) Procuradores do quadro da Advocacia-Geral da União – AGU e, 05 servidores.

A Sala da cidadania conta com apenas 01 (um) servidor para o atendimento ao público. O Planejamento e controle conta com 02 (dois) servidores, e mais 02 (um) servidor lotado no NTI. Na Ouvidoria agrária estão lotados 02 (dois) servidores. A Comunicação social conta apenas com 01 (um) servidor.

Há uma grande carência de servidores de nível médio para prestar serviços de apoio administrativos, uma vez que alguns dos existentes fazem trabalho de campo. Visando minimizar esta situação, a superintendência possui um contrato de prestação de serviço de mão de obra terceirizado com um quantitativo total de 21 colaboradores distribuídos de acordo com a demanda das atividades das divisões e serviços.

As duas Unidades Avançadas, Monte Alegre, com lotação de 12 (doze) servidores e; a Unidade de Itaituba/Cachimbo com 12 (doze) servidores; Há ainda o posto avançado de Rurópolis com 05 (cinco) servidores.

### *1 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem*

A SR(30), em parceria com a Divisão de Capacitação (INCRA/sede), empenhou-se em proporcionar a seus servidores ações de capacitação de curto, médio e longo prazo, com objetivo de assegurar a formação e o aperfeiçoamento das competências necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais do INCRA.

As ações de capacitação surgiram a partir das demandas apresentadas pelos servidores durante o exercício de suas atribuições regimentais. Houve atenção especial para que as ações requeridas estivessem de acordo com as atividades exercidas pelos interessados, de maneira que não houvesse dispêndios de recursos em áreas que não visassem o desenvolvimento das competências do órgão.

No exercício de 2017, não houve meta estabelecida, entretanto, foi possível avançar quanto à adequação das demandas de capacitação da UG, haja vista a nova sistemática, iniciada em 2014, de gestão pela Superintendência Regional dos recursos para ações de curta e média duração, disponibilizados pela Divisão de Capacitação/sede, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual. Assim, houve a capacitação de 67 (sessenta e sete) servidores, com uma carga horária acumulada de 1.638 horas, com ênfase para a capacitação à distância.

---

### *2. Indicadores Relacionados*

### Índice de abrangência de capacitação

#### Gráfico

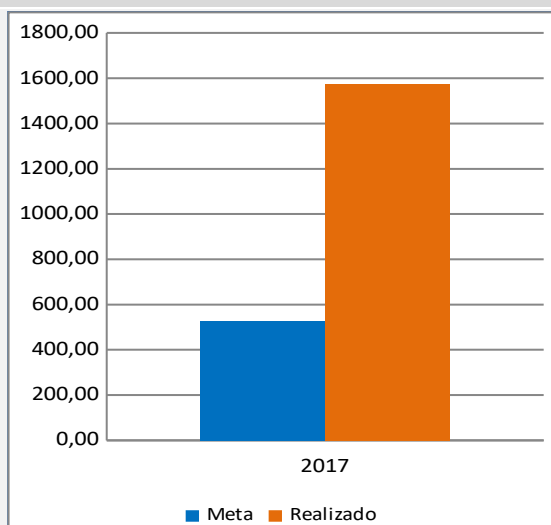
#### Análise

Não houve meta estabelecida no exercício, entretanto houve a capacitação de 67 servidores.

### Índice de horas de capacitação

#### Gráfico

#### Análise



Constata-se o cumprimento bem acima da meta em virtude também de capacitações à distância. Visando ampliar o índice de abrangência de capacitação para a um maior número de servidores 2018, pretende-se incentivar maior adesão a cursos de educação à distância oferecido pelas Escolas de Governo, inclusive com a pactuação de metas para o cumprimento por Divisão. Também será demandado ao Incra/sede, oficinas de capacitação na própria UG.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

## 6- Relacionamento com a sociedade

### 6.1- Canais de acesso do cidadão

*Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.*

#### Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016

*Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência*

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia...	Não houve consolidação das informações no exercício	—	—
Reclamação...	Não houve consolidação das informações no exercício	—	—
Sugestão...			
Pergunta...			
...			

Na UG, não houve ouvidor agrário no exercício, assim não houve consolidação das informações

#### Características do acesso do cidadão à SR

---

Canais de acesso	Assuntos
NÃO HOUVE COMO MENSURAR	NÃO HOUVE COMO MENSURAR

*Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção*

---

No exercício de 2017, não houve servidor designado para a função de ouvidor agrário nesta Regional

---

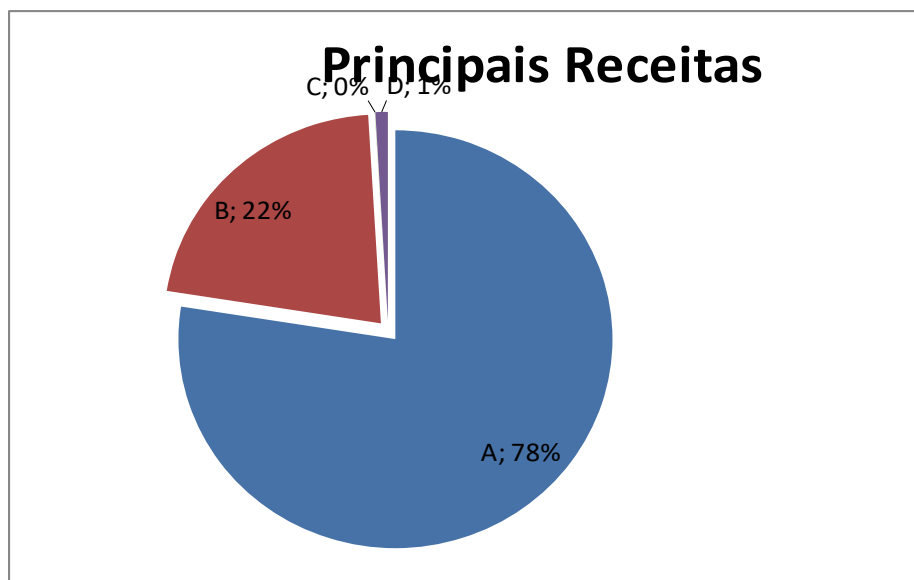
As atividades de mediação de conflitos foram realizados por servidores dos próprios serviços específicos. Ainda assim, Ressalta-se a importância da figura do ouvidor agrário, com qualificação adequada, sobremaneira, no Estado do Pará, considerado, pelas estatísticas, o Estado com maior número de mortes no meio rural.

---

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

## 7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

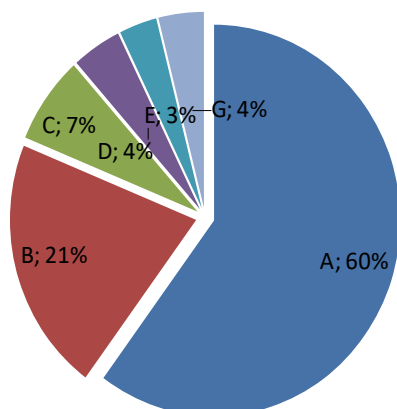
### 7.1- Desempenho financeiro do exercício



Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
A: OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	8.215.714	15.908.235
B: RECURSOS ORDINÁRIOS	-	622.425	4.423.889
C: TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.JUD	-	41.147	4.000
D: TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL	-	-	190.401
Total	11.570.443	8.879.286	20.526.525

Este item tem por finalidade demonstrar ao cidadão a origem das principais receitas que estiveram disponíveis à UG ao longo dos exercícios 2016 e 2017 – inclusive transferências intragovernamentais recebidas, desta forma, considerando o percentual médio dos exercícios, observa-se o maior volume em torno de 78% destinadas a **outras contribuições sociais**; considerando apenas o exercício 2017, o quantitativo de **outras despesas sociais** fica em torno 77,50%.

## Principais Despesas



Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
A: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3.174.715	4.858.894	4.699.211
B: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	940.110	1.128.899	1.647.364
C: DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			566.692
D: DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	554.882	453.615	336.676
E: MATERIAL DE CONSUMO	286.750	303.434	257.879
F: PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	52.591	108.230	-
G: OUTRAS DESPESAS	27.176	125.596	308.822
<b>Total</b>	<b>5.036.224</b>	<b>6.978.668</b>	<b>7.816.644</b>

A análise demonstra os valores relativo as despesas desta UG durante o exercício de 2017. Verifica-se que a maior parte dos gastos foi efetuado com Locação de mão de obra (A): 60,12%; Outros Serviços de Terceiros PJ (B): 21%; Despesas de Exercícios Anteriores (C): 7,25% e com Diárias Pessoal Civil (D): 4,31%.

Destaca-se o maior gasto com - **Locação de Mão de Obra** -, cujo contrato de prestação de serviços continuados de vigilância armada, engloba 33 postos de vigilantes, com a seguinte distribuição: Sede da SR(30) em Santarém; em 3 unidades avançadas; Prédio do Terra Legal em Santarém; Unidade Avançada de Altamira; Posto Anapu; PDS Esperança Anapu e Usina Pacal. Ressalta-se, também, que o valor destinado à Usina Pacal corresponde a 41% do total do contrato, equivalente a aproximadamente R\$ 1.926.676,00. Há, ainda, a contratação de 21 colaboradores da área administrativa, todos lotados na Sede da Superintendência SR(30) e 17 colaboradores na prestação de serviços de limpeza e conservação, distribuídos na sede da SR(30), 03 unidades avançadas e prédio do Programa Terra Legal em Santarém.

Em relação ao valor gasto com o item (B) - **Outros Serviços de Terceiros PJ** – destaca-se os contratos de prestação de serviços de suporte de informática e prestação de serviços reprográficos, além do pagamento das faturas de energia elétrica e telefonia da sede da Superintendência e das 03 Unidades Avançadas.

Ainda sobre a análise das 03 maiores despesas da Superintendência, salienta-se que o aumento dos valores em 2017, comparados ao exercício de 2016, justifica-se pelo item (C) – **Despesas de**

**Exercícios Anteriores** – cujo valor atingiu a porcentagem de 7,25% do total das despesas. Bem como pela repactuação dos valores dos contratos, evidenciando-se, no entanto, que no caso de contratação de mão de obra terceirizada, considera-se o valor acordado na convenção coletiva dos trabalhadores.

As despesas evidenciadas no item **(D) – Diárias Pessoal Civil** – contempla principalmente os gastos com viagens dos servidores para o desenvolvimento da atividade do plano de ação da Superintendência e suas unidades avançadas, assim como viagens para participação de reuniões, cursos e treinamentos em outros estados.

Quanto ao item **(E) – Material de Consumo** – composto em sua maioria por valores correspondentes a combustível utilizado no abastecimento das viaturas e do barco pertencente à Superintendência, inclusos, também, gastos com material de expediente e informática, água, café, açúcar, recarga de gás e copos descartáveis, cujos gastos atingiram a porcentagem de 3,30% das despesas totais do exercício de 2017, apresentou, portanto, uma redução de 1,05% em relação aos gastos realizados no exercício de 2016, que foram no total de 4,35% do total das despesas do exercício de 2016.

As demais despesas estão contempladas no item **(G) – Outras Despesas** – no valor de R\$ 308.822 atingindo uma porcentagem de 3,95% do total das despesas pagas no exercício de 2017. Cabe destacar neste item como principais despesas as seguintes: – **Concessão de Empréstimos e Financiamentos** – no valor de R\$ 190.400; - **Indenizações e Restituições** – no valor de R\$ 106.893 e as demais despesas (**Outros Benefícios Assist. do Servidor e do Militar, Outros Serviços de Terceiros PF e Equipamentos e Material Permanente**) no valor total de R\$ 11.529.

## 7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

*Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 1 página.*

Demonstração contábil/notas explicativas 2017	Endereço para acesso
1. Balanço Financeiro	<a href="http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017">www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017</a>
2. Balanço Orçamentário	<a href="http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017">www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017</a>
3. Balanço Patrimonial	<a href="http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017">www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017</a>
4. Demonstração Variações Patrimoniais	<a href="http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017">www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017</a>
5. Demonstração dos Fluxos d Caixa	<a href="http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017">www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2017</a>

## 7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

### 7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, dentre outras subcontas, registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas diversas modalidades existentes.

No exercício de 2017, em âmbito nacional, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ R\$ 5.817.479.431,68, representando um acréscimo de R\$ 5.817.479.431,68 em relação ao saldo inicial que era de R\$ 5.736.102.346,82. Este acréscimo se deu, em essência, devido à concessão créditos de instalação novos e devolução de valores recolhidos para diversas Regionais.

### Saneamento processual dos processos individuais do beneficiário

Com relação aos antigos créditos (contratos assinados até 26/12/2013), no âmbito da SR(30), até o momento, 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) beneficiários tiveram o cadastramento de modalidades encerrado no SNCCI, ou seja, tiveram seus processos individuais saneados com o cadastramento de todas as modalidades recebidas pelo beneficiário. Ação indispensável para enquadramento ou não dos créditos concedidos ao beneficiário nas regras de remissão. Já com relação às novas modalidades de crédito, ressalta-se que para concessão dos mesmos, os processos individuais já se encontram devidamente instruídos, sendo que alguma possível pendência é saneada antes da concessão, pois existem vários controles internos no SNCCI e no próprio sistema bancário que impedem a concessão para beneficiários inaptos.

### **Estágio de implementação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI)**

O Sistema Nacional de Concessão de Créditos de Instalação (SNCCI) disponibiliza todas as funcionalidades necessárias à concessão dos novos créditos bem como para o cadastro dos créditos antigos a cobrar ou remitir. O sistema aguarda apenas a regulamentação da Lei 13.001/2014 para liberação de módulo relativo à cobrança dos antigos créditos.

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), está em fase de construção, módulo do SNCCI que auxiliará as superintendências regionais no tratamento de inadimplentes com a emissão de notificações para regularização de débitos e de encaminhamento para Dívida Ativa, e também um módulo de relatórios personalizáveis para acompanhamento e gestão. Atualmente estão disponíveis alguns relatórios mais usuais e um relatório analítico onde é possível filtrar demais informações desejadas.

Ainda segundo à DA, por exigência da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o SNCCI deveria estar apto, ainda em 2017, a gerar Guias de Recolhimento da União (GRU) registradas, pois somente este modelo seria aceito pelos bancos para pagamento. O sistema foi adaptado e agora todas as GRUs geradas são registradas em conformidade com as novas regras do sistema bancário. Cabe ressaltar que a Sala da Cidadania Digital permite também que o próprio beneficiário emita sua GRU para pagamento em qualquer localidade com acesso à internet.

### **Análise crítica do volume de remissões, renegociações, liquidações e inadimplências das dívidas**

Na SR(30) um total de 546 (quinhentos e quarenta e seis) créditos que perfazem R\$ 2,179,600.00 (dois milhões cento e setenta e nove mil e seiscentos reais) já foram lançadas no SNCCI (aplicação finalizada ou em andamento) e destes, 124 (cento e vinte quatro) créditos no montante de R\$ 396,800.00 (trezentos e noventa e seis mil e oitocentos reais) estão disponíveis para remissão e 191 (cento e noventa e um) créditos no total de R\$492,250.43 (quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) foram remidos.

Ainda não ocorreram liquidações nos antigos créditos tendo em vista a não regulamentação da Lei 13.001/2014 no âmbito do pagamento dessas dívidas. Por consequência, não foram realizadas negociações nem liquidações e a inadimplência ainda não pôde ser computada.

Com relação ao Crédito Novo (Contratos assinados a partir de 26/05/2014), no exercício de 2017 foram disponibilizadas para emissão, desconsiderando os recálculos, 12.583 (doze mil quinhentos e oitenta e três) Guias de Recolhimento da União – Cobrança em âmbito nacional com vencimento dentro do exercício, ou seja, créditos que foram concedidos em 2014 (Apoio Inicial I) e 2016 (Fomento Mulher). Destes 11.116 (onze mil, cento e dezesseis) foram pagos no exercício, o que totaliza uma inadimplência de aproximadamente 11,66% em todo Brasil.

No âmbito da SR(30), foram disponibilizadas 1.343 (um mil trezentos e quarenta e três) GRUs, destas, 1.232 (um mil duzentos e trinta e dois) foram pagas no exercício, totalizando uma inadimplência de 8,27%. Acredita-se que o resultado se deu em razão das grandes distâncias e precários acessos nos projetos de assentamento comprometendo inclusive as adequadas orientações àquelas famílias. Este percentual deverá diminuir, sensivelmente, no decorrer dos próximos exercícios.

A fonte de informação é o SNCCI, Relatório Geral – Prestações de 09/02/2018 cujo critério de filtragem foi prazo final para pagamento dentro do exercício 2017, data do crédito no cartão anterior a 01/01/2017, situação do crédito igual a ativo e situação da prestação diferente de vencida e de recalculada.

### **Estágio da evidenciação contábil dos créditos**

Do total do Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Ativo Realizável a Longo Prazo, quase que a totalidade do saldo está registrado na Conta 12111.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, cujo montante ao final de 2017 totalizou R\$ 5.817.479.431,86.

Esta conta registra o montante dos recursos emprestados aos beneficiários da reforma Agrária, a título de Crédito Instalação (crédito antigo) nas suas diversas modalidades, concedidos desde 1985, sendo que estes valores somente podem ser baixados pela remissão ou conforme o caso, após pagamento pelos devedores dos empréstimos.

No entanto, para que isto aconteça as Superintendências Regionais do INCRA, particularmente às Divisões de Desenvolvimento devem cadastrar todos os processos de créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cadastro e Concessão do Crédito Instalação. Realizado este procedimento, estima-se que os beneficiários atendidos terão boa parte de suas dívidas remitidas, conforme dispõe a Medida Provisória 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014.

### **Outras informações julgadas relevantes**

No exercício de 2017, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento (DD), foram emitidos, em âmbito nacional, 20.460 (vinte mil, quatrocentos e sessenta) cartões distribuídos nas Modalidades de Crédito de Instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Dentre eles 10.971 (dez mil, novecentos e setenta e um) cartões da primeira modalidade. Destes foram 3.506 (três mil quinhentos e seis) por meio do Decreto 8.256/2014 e 7.465 (sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco) pelo Decreto 9.066/2017. Na outra modalidade executada foram 9.489 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove) cartões, dentro os quais 817 (oitocentos e dezessete) via Decreto 8.256/2014 e 8.672 (oito mil, seiscentos e setenta e dois) pelo Decreto 9.066/2017. Apesar de serem concedidos no ano de 2017, a cobrança será realizada em exercícios posteriores, respeitados os prazos de carência de cada modalidade.

### **7.3.2 Créditos a receber de parceiros**

#### **Saneamento processual**

Com relação as prestações a cobrar dos títulos de domínio, as informações ainda são controladas de forma manual e estão presentes em cada processo individual dos beneficiários/mutuários. À medida que são geradas novas prestações, os comprovantes são inseridos nos respectivos processos.

### **[Estágio de implementação do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária (SNT)]**

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), foi criado um Grupo de Trabalho através da Portaria Incra nº 629/2017, publicada no DOU nº 209 de 31/10/2017 e cujos trabalhos foram prorrogados pela Portaria Incra nº 719/2017, publicada no DOU nº 249 de 29/12/2017, que visa a especificação do escopo de pré-requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Títulos (SNT). A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no final de fevereiro/2018 e a demanda para o desenvolvimento do sistema seja oficializada na sequência, seguindo os ritos previstos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04 de 12/10/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por se tratar de uma demanda antiga, um dos módulos do sistema, o de Titulação Quilombola, já se encontra em fase de testes para homologação pelos gestores da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), devendo ser disponibilizado assim que concluído. Ainda segundo informações da DA, já foi elaborada outra ferramenta que deverá substituir a atual utilizada para cálculo das prestações dos títulos de domínio. Atualmente os cálculos são realizados através de aplicativo de Domínio que utiliza banco de dados Access, mas que carece de maior agilidade e controle. A nova ferramenta deverá passar pela aprovação da alta direção e, caso aprovada, deverá ser colocada à disposição ainda no primeiro semestre de 2018.

### **Estágio da evidência contábil dos créditos**

Do total registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, cujo saldo ao final de 2017 foi de R\$ 7.831.298.302,49, a conta contábil que representa quase a totalidade deste montante é a 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária, que apresentou o saldo de R\$ 7.827.776.615,89.

A conta 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária tem a função de *“registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal”* (fonte: SIAFI).

O próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1320/2017, informa que: *“o Incra relatou que o saldo da conta 1.2.1.2.1.1.98.08 não reflete a realidade. Para que isso ocorra, faz-se necessário que a autarquia desenvolva um sistema integrado para controle da evolução patrimonial dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária e regularização fundiária até a sua efetiva titulação e pagamento pelos parceiros/posseiros dos valores devidos à União. Para tanto, a autarquia afirma que se encontra em desenvolvimento o Sistema Nacional de Titulação, capaz de suprir todas as necessidades e questões fundiárias afetas ao órgão, cujo prazo para entrada em produção ainda não é possível precisar”*.

Diante do exposto, a Coordenação-Geral de Contabilidade na Sede do INCRA e o Serviço de Contabilidade nas Superintendências Regionais, somente poderão registrar as variações patrimoniais na conta contábil acima, quando forem disponibilizadas pelas áreas técnicas competentes as informações necessárias.

### **Análise crítica do volume de liquidações e inadimplências das dívidas**

Com relação aos títulos de domínio, em âmbito nacional, foram liquidados 6.487 GRUs no total de R\$ 14.339.519,96, porém a inadimplência não pôde ser computada, pelo fato dos sistemas atualmente responsáveis pela emissão dos títulos e pelo cálculo das prestações não possuírem funcionalidades ligadas à cobrança e arrecadação, situação que deverá ser ajustada com o advento do Sistema Nacional de Títulos de Domínio (SNT). Neste os servidores passarão a ter a possibilidade de registrar, não só as informações sobre pagamento dos títulos emitidos, como também poderão registrar os pagamentos feitos no passado.

Os valores foram obtidos do Sistema de Gestão de Recolhimento da União (SISGRU), de onde foram filtrados todos os registros com código de recolhimentos iguais a 28874 (Alienação de Imóveis Rurais Reforma Agrária) e com data de contabilização no SIAFI dentro do exercício de 2017 da unidade gestora arrecadadora 373001.

Ressalta-se a impossibilidade de segmentação das informações por superintendência regional, tendo em vista que os pagamentos são feitos via GRU Simples e dada as limitações já citadas dos sistemas atualmente em uso.

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Deliberações do TCU pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
Incra – SR-30	Memorandos solicitando a direção da Autarquia apoio de profissionais habilitados para abertura de TCE e fechamento dos relatórios técnicos dos convênios contidos no Acórdão TCU 4456/2016
Divisão de Desenvolvimento da SR-30	Memorandos sobre o tema ao gabinete da SR-30
...	
Total	XX

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*			
Deliberação	Número e Descrição sucinta do item da deliberação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para a não implementação
			<b>Processos com pendência de análise técnica</b>
	527197	Em atendimento	Conveniente notificada dia 10/10/2016 (Ofício/Gab nº 781/2016) para recolhimento GRU valor de R\$ 4.937,63 e dia 24/10/2016 (Ofício/Gab nº 807/2016) para envio de documentação complementar; documentação entregue dia 03/11/2016 ( p/ análise) e aguardando posicionamento da Conveniente no tocante recolhimento da GRU (conf. Ofício nº 231/2016 - da Prefeitura de 01/11/2016); Falta Relatório técnico conclusivo. Recolheu o valor acima citado, mas a APC final ainda em andamento. Último trâmite: Serviço de Contabilidade em 04/04/2017
	561790	Em atendimento	Prestação de Contas Parcial (em análise). Prefeitura Notificada, conforme Ofício/SR-030/GAB/Nº 386 de 20/03/2009 para recolhimento do valor de R\$ 91.800,01 fls. ( 1425 a 1426) ou que promovesse o saneamento das medidas apontadas pela Engenharia do INCRA. Valor ainda não recolhido. Existe Relatório Técnico de Acompanhamento solicitando à conveniente documentos e justificativas que comprovem os serviços no valor de R\$ 74.999,66, porém, sua conclusão parcial informa que o objeto do convênio não pode ser aceito do ponto de vista técnico, fls ( 1341 a 1362 e, repetido nas fls. 1416 a 1420). ; Falta Relatório técnico conclusivo Último trâmite: Planejamento e controle em 22/02/2017.
...	560057	Em atendimento	Conveniente notificada dia 23/10/2009 (Ofício/Gab nº 2336/2009) para que promova as correções técnicas conforme Parecer dos Técnicos do INCRA de 09/02/2009. Termo de Aceitação de Obra não emitido. Status: Prestação de Contas Parcial (Análise ainda não reiniciada); Falta Relatório técnico conclusivo Último trâmite: Setor de Engenharia SR-30 em 09/01/2017.
	561745	Em atendimento	Informação emitida pelo contador desta Superintendência através do MEMO/INCRA/05/2015 de 19/06/2015 que a conveniente, deve aos cofres públicos, o valor de R\$ 30.000,00 (referente à contrapartida não depositada e mais o valor de R\$ 4.745,34 ( ref. à sid.

			remanescente de rendimento de aplicação financeira. Status: Prestação de Contas Parcial (em Análise); Falta Relatório técnico conclusivo; último trâmite: SR-30A em 24/06/2016.
	624750	Em atendimento	Última Análise de Prestação de Contas Parcial realizada em 29/08/2011, onde se constatou que o INCRA repassou à Conveniente a importância de R\$ 615.282,25. Processo encaminhado pela PFE/INCRA em 29/07/2016 à SR-30A para abertura de TCE, conforme NOTA/INCRA/PFE/Nº 23/2016. Falta Relatório técnico conclusivo Último trâmite: Serviço de Contabilidade em 01/11/2016. A Contabilidade encaminhará a SR-30D para providências.
	624751	Em atendimento	Última Análise de Prestação Parcial realizada em 29/08/2011. Conveniente notificada para recolhimento do valor principal de R\$ 47.737,50 conforme Of. nº 589/2012/INCRA/SR-030/GAB de 18/06/2012. Débito não Recolhido. Foi solicitado abertura de TCE conforme Despacho/INCRA/SR-030/A/Nº 81/2013 de 31/10/2013, como também foi encaminhado pela UG mediante despacho de 24/06/2016 fls. (923 verso) para reanálise no setor de Infraestrutura desta autarquia. Falta Relatório técnico conclusivo. Último trâmite: Serviço de engenharia em 16/11/2016.
			<b>Processos Pendência autorização abertura TCE (05)</b>
	559981	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Concluída em 23/10/2014. Conveniente notificada para recolhimento débito principal de R\$ 100.446,89 que atualizado apresenta o valor de R\$264.648,13 mediante GRU com vencimento dia 18/12/2014, conforme Ofício/GAB/Nº 1035/2014 de 03/11/2014 e Ofício/GAB/Nº 1197/2014 de 01/12/2014. Débito não Recolhido. Encaminhado à Divisão de Administração para solicitação de abertura de TCE, conforme MEMO/Nº051/2016 de 09/11/2016. Não consta autorização expressa do Superintendente Regional, mas atende aos pressupostos para instauração. Último trâmite: SR-30A em 09/11/2016.
	626554	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Final Concluída em 27/03/2015. Conveniente notificada para recolhimento débito principal de R\$ 267.243,10 que atualizado apresenta o valor de R\$ 474.568,68, conforme Ofício/GAB/137/2015 de 05/03/2015. Débito não Recolhido. Encaminhado à Divisão de Administração para solicitação de abertura de TCE conforme MEMO/Nº24/2016 de 08/08/2016. Haverá ajuste no Siafi removendo o saldo de "A Aprovar" para "Aprovado". Permanecendo o saldo de inadimplência, aguardando autorização para abertura de TCE. Último trâmite serviço de contabilidade em 05/12/2016.
	560027	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Final JÁ CONCLUÍDA. Prefeitura notificada para recolhimento do valor principal de R\$ 34.906,64. Ofício Nº 2952/SR-030/Gab dia 29/12/2009. Débito não recolhido Último trâmite: Serviço de Contabilidade em 01/11/2016.
<u>Acórdão nº 4456/2016-TCU</u>	704724	Em atendimento	Conveniente notificada dia 20/09/2016 (Ofício/Gab nº 761/2016) para recolhimento GRU valor de R\$ 1.050,18 (Sld. Remanescente). Prestação de Contas Final (ainda não finalizada); Aguardando posicionamento da Conveniente. Último trâmite: Serviço de Contabilidade em 04/04/2017.
	704655	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Final Concluída em 26/08/2016, anexada ao processo físico. Conveniente notificada para recolhimento débito principal de R\$343.369,65 que atualizado apresenta o valor de R\$650.092,78, conforme Ofício/GAB/702/2016 de 30/08/2016 e GRU com vencimento dia 26/09/2016, o não recolhimento implicará na inscrição em Inadimplência Efetiva e Abertura de TCE. No caso de não recolhimento o setor de Contabilidade, através do MEMO/Nº39/2016 de 26/08/2016, solicitou autorização de Inscrição em Inadimplência Efetiva; Aguardando posicionamento da Conveniente. Último trâmite: Divisão de Administração em 26/08/2016. RETORNOU SEM PRONUNCIAMENTO DA PREFEITURA.
			<b>Processos com prestação de contas em análise não concluídas (02)</b>
	561822	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Final (ainda não finalizada). Prefeitura devolveu aos cofres públicos a importância principal de R\$ 297.113,64. Devolveu também, mediante Termo de Confissão de Dívida, a importância de R\$ 96.409,22 (em 03 parcelas) relativo aos serviços não executados pela empresa contratada. Falta atestar, de forma conclusiva (ratificada), se o valor de contrapartida, a importância de R\$ 44.757,20, foi incluída nas devoluções efetuadas pela Pref. Mun. de Santarém, citadas acima. Análise de Prestação de Contas Final (ainda não finalizada). Último trâmite: Divisão de Administração em 04/04/2017.
	704135	Em atendimento	Conveniente notificada 17/05/2016, Ofício/GAB/Nº 350/2016 para recolhimento de débito principal apurado na ordem de R\$ 384.697,55 que atualizado apresenta o valor de R\$ 638.329,41.— Status: Prestação de Contas

			Final ( ainda não finalizada); Aguardando posicionamento da Conveniente. Último trâmite: Serviço de Contabilidade em 12/05/2016.
			<b>Processo com situação diversa (01)</b>
	561757	Em atendimento	Prefeitura e Ex. Prefeito Jaime Barbosa da Silva, notificados, novamente, dias 17/02/2014 ( Ofícios TCE Nº 01/2014 e 02/2014) e dia 01/04/2014 ( Ofício/TCE Nº 03/2014) para recolhimento do valor principal apurado de R\$ 148.594,00 que atualizado em Dez/2013 correspondia ao valor de R\$ 308.573,28. Situação Siafi inadimplência - suspensão (§ 2 , art 5/ IN/STN01/97) : TCE Sobrestada – Fase Interna, ( divergência no valor apurado entre os membros da Comissão TCE à época – Reanálise do Parecer Contábil nº 001/2012 de 20/12/2012). Processo de TCE na Auditoria Interna do INCRA.
			<b>Processos com status de “A Aprovar” (05)</b>
	543847	Em atendimento	Relatório de Aplicação Financeira de 22/05/2015, em sua <u>conclusão parcial</u> . <u>Falta Relatório técnico conclusivo</u>
	543846	Em atendimento	Relatório de Aplicação Financeira de 24/06/2016, em sua conclusão parcial e ainda em análise. <u>Falta Relatório técnico conclusivo</u>
	543845	Em atendimento	Relatório de Aplicação Financeira de 12/06/2015, em sua conclusão parcial (em análise). <u>Falta Relatório técnico conclusivo</u>
	626559	Em atendimento	Análise de Prestação de Contas Parcial realizada em 17/04/2015. Conveniente notificada para envio de documentação complementar conforme Ofícios/GAB/Nº 1051/2014 e Gab/0134/2015. Análise Parcial apurou que a parte documental financeira se encontra bem encaminhada ( regular), exceto à não retenção de impostos e contribuições previdenciárias. <u>Falta Relatório técnico conclusivo</u> . Último trâmite: Serviço de infraestrutura em 17/08/2016.
	651976	Em atendimento	Conveniente notificada para recolhimento do débito parcial de R\$ 108.322,77 conforme GRU com vencimento p/ 19/06/2016 e notificada dia 28/06/2016, conforme Ofício/GAB/503/2016 p/ envio de documentação financeira complementar (documento enviado a esta Unidade em 03/11/2016 ( p/ análise). A Conveniente em resposta via Of/ Pres./642 de 08/08/2016 solicitando parcelamento do débito; em análise por esta UG. Prestação de Contas Parcial (em Análise); <u>Falta Relatório técnico conclusivo</u> Último trâmite: Serviço de infraestrutura em 17/08/2016.

\* Deliberações proferidas no exercício de referência e no exercício anterior, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

\*\* Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de recomendações
Inkra – SR-30	Memorandos solicitando a direção da Autarquia apoio de profissionais habilitados para abertura de TCE e fechamento dos relatórios técnicos dos convênios contidos no Acórdão TCU 4456/2016
Divisão D	Memos sobre o tema ao gabinete da SR-30
...	
Total	

Quadro da situação das principais recomendações da CGU*		
Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para o não atendimento
<u>Nota técnica CGU</u>	Apresentar manifestação sobre providências adotadas no atendimento das recomendações existentes no PPP, considerando recomendações em aberto e pendentes de adoção de providências por parte da unidade	Foram providenciadas várias medidas de regularização das recomendações apontadas no PPP, no entanto a inclusão dessas informações junto ao sistema Monitor Web – CGU, foi comprometida pela dificuldade de acesso ao sistema.
	idem	idem
...		

\* Recomendações qualificadas no Sistema Monitor (CGU) como: estruturantes, com indicativo de reposição ao erário ou apuração de responsabilidade.

\*\* Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

### 8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência					
Não analisadas <i>Prazo de análise</i>		Prestações de contas de convênios e contratos de repasse		Analisadas <i>Resultado</i>	
<b>Montante</b>	<b>14</b>	<b>Montante</b>	<b>23</b>	<b>Montante</b>	<b>19</b>
Vigentes	4	Analisadas	19	Aprovadas	2
Vencidos	6	Não analisadas	04	Não aprovadas	11
				TCEs	6

#### Análise

Esta superintendência possui 23 (vinte e três) convênios para análise de prestação de contas, sendo 16 (dezesseis) convênios firmados na vigência da IN STN 01/97 e 07 (sete) no SICONV. Dos 16 (dezesseis) convênios da IN 01/97, 11 (onze) estão pendentes de apresentação do relatório técnico conclusivo, 01 (um) possui TCE sobrestada – fase Interna, por apresentar divergência no valor apurado pelos membros da Comissão TCE à época (Outubro/2013), 02 (dois) com análise de prestação de contas final concluída e 02 (dois) com análise de prestação de contas final em andamento, a conveniente foi notificada para apresentação de documentação complementar e/ou recolhimento de valores.

Com relação aos 07 (sete) convênios firmados através do SICONV, 01 (um) apresenta análise de prestação de contas final concluída, 02 (dois) com análise de prestação de contas final em andamento, as convenientes foram notificadas para apresentação de documentação complementar e/ou recolhimento de valores, 03 (três) prestações de contas em análise e 01 (um) aguardando envio de prestação de contas.

---

Atualmente esta Superintendência conta com 01 (um) servidores lotado no serviço de contabilidade, desenvolvendo as atividades quanto à análise de prestação de contas de convênios, e atuando como fiscal financeiro dos convênios em execução. Dada a carência de servidores habilitados nesta superintendência para compor a comissão de TCE, providências estão sendo efetuadas junto à Coordenação Geral de Contabilidade do INCRA-SEDE, para que possa ser constituída a comissão de TCE formada por servidores de outras regionais a ser instalada nesta UG.

#### **8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Com relação à aplicabilidade do art. 5º e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993 esta UG vem obedecendo categoricamente o que determina a referida Lei. Todos os valores, preços e custos utilizados em seus procedimentos licitatórios têm como expressão monetária a moeda corrente nacional. Destaca-se a obediência quanto ao cumprimento do ciclo do pagamento, no qual inclui o empenho, a liquidação, e, por fim, o efetivo pagamento da despesa, tudo em conformidade com o previsto do instrumento de contrato, assim como, a observância das fontes diferenciadas de recursos no pagamento dessas obrigações.

Cabe ressaltar, que é possível ocorrer atrasos nos pagamentos, em virtude da falta de remessas de recursos financeiros advindos do Tesouro Nacional aos Órgãos integrantes da Administração Pública Federal. Tal situação foi objeto de incidência no exercício de 2016. Em todos os nossos contratos, ocorreram atrasos significativos no pagamento dos faturamentos mensais, porém não geraram pedidos de correção desses valores faturados. Outro fator para a não observância do prazo de pagamento é a não regularidade fiscal do fornecedor/prestador de serviços junto ao SICAF, conforme legislação e cláusulas contratuais previamente firmadas.

Por fim, a superintendência prevê em todos os editais licitatórios, cláusula no sentido de privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei, conforme inclusão da Lei Complementar nº 147 de 21/06/2014.

## 9- Anexos e apêndices

### 9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Ambiente de controle</b>					
1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
1	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
1	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
1	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
1	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
1	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
<b>2</b>	<b>Avaliação de risco</b>					
2	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
2	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
2	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
2	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
2	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>3 Procedimentos de controle</b>						
3	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
3	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
3	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>4 Informação e comunicação</b>						
4	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
4	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
4	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
4	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>5 Monitoramento</b>						
5	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
5	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
2						
5	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
3						
<b>Legenda dos valores</b>						
1. <b>Totalmente inválida:</b> significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.						
2. <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.						
3. <b>Neutra:</b> Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.						
4. <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.						
5. <b>Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.						

## 9.2- Resultados do atendimento ao público externo

### *Complementa informações do item 5.1*

Atualmente a UG implantou o sistema eletrônico de informações - SEI, sistema informatizado implantado nos órgão do poder executivo; que de certa forma, dá celeridade e maior transparência no atendimento ao público externo, permanecendo os dois antigos sistemas para consulta, são eles: Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, os quais consolidavam o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente. Outros atendimentos se complementam por meio dos sistemas: Sistema de Informação Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

A partir de 2014 a UG implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar, os serviços de autoatendimento como solicitações de agenda de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte do público externo. Além da sede da UG, as unidades Avançadas do Incra e algumas prefeituras parceiras, instalaram a sala da cidadania digital. Propiciando a qualquer usuário acessar por meio da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

De acordo com a sala da cidadania, as principais demandas permanecem voltadas para a divisão de desenvolvimento, com recepção no serviço de crédito instalação, serviço de infraestrutura básica, sobremaneira, estradas de acesso e água potável, supervisão ocupacional, conflitos fundiários, serviço de ATES, serviço de demarcação e atualmente, serviço de titulação.

Há ainda, demanda considerável na divisão de obtenção de terras, serviço de implantação, mais precisamente à atualização dos beneficiários no Sipra. Bem como, concernentes aos assentamentos ainda interditados pela justiça federal.

Até o momento, a UG não conseguiu extrair do sistema da sala da cidadania o relatório exclusivo da SR-30, uma vez que são consolidados informações das três superintendências do Estado do Pará, isto é: SR-01 (Pará), SR-30 (Santarém) e SR-27 (Marabá).

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A					

Não houve como mensurar no exercício pelas razões mencionadas acima, no último parágrafo: “Até o momento, a UG não conseguiu extrair do sistema da sala da cidadania o relatório exclusivo da SR-30, uma vez que são consolidados informações das três superintendências do Estado do Pará, isto é: SR-01 (Pará), SR-30 (Santarém) e SR-27 (Marabá).”

### 9.3- Memória de cálculo dos indicadores

*Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3*

### 9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares